

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – TCMSP (UASG 925462)

Período para envio de lances: 16/03/2023 08:00:00 até 14:00:00

Contato: (11)5080-1689/gardenia.nunes@tcm.sp.gov.br

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2023
(TC/14718/2022)

Torna-se público que o TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP, por meio da Unidade Técnica de Suprimentos, realizará Dispensa Eletrônica, *para registro de preços*, com critério de julgamento *MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO*, na hipótese do II, do artigo 75 e § 6º, do artigo 82 da Lei nº 14.133/21 e a Ordem Interna nº 01/2023 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços (maior percentual de desconto sobre o preço unitário em tabela oficial), para eventual aquisição de acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação deste Tribunal, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em grupo único, formado por 212 itens, conforme tabela constantes abaixo:

ITEM	QTDE	TITULO	AUTOR	EDITORA	ANO	ISBN	SUBCLASS E CNAE	UNIDAD E DE MEDIDA	PREÇO DE CAPA / PREÇO UNITÁRIO ESTIMAD O	PREÇO TOTAL ESTIMAD O
1	1	Administração pública	José Matias-Pereira	Atlas	2018	9788597015027	1811-3/02	volume	135,00	135,00
2	1	Análise avançada das demonstrações contábeis	Eliseu Martins, Josedilton Diniz e Gilberto José Miranda	Atlas	2020	9788597025224	1811-3/02	volume	191,00	191,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

3	1	Contabilidade aplicada ao setor público	João Eudes Bezerra Filho	Atlas	2021	9788597026658	1811-3/02	volume	104,00	104,00
4	1	Contabilidade aplicada ao setor público	Ariel Behr e Diogo Duarte Barbosa	Atlas	2016	9788597003413	1811-3/02	volume	98,00	98,00
5	1	Contabilidade de Custos	Eliseu Martins	Atlas	2018	9788597017816	1811-3/02	volume	206,00	206,00
6	1	Contabilidade pública: análise financeira governamental	Severino Cesário de Lima e Josedilton Alves Diniz	Atlas	2017	9788597008234	1811-3/02	volume	156,00	156,00
7	1	Contabilidade pública: teoria e prática	Helio Kohama	Atlas	2016	9788597006315	1811-3/02	volume	200,00	200,00
8	1	Direito constitucional	Alexandre de Moraes	Atlas	2021	9788597027624	1811-3/02	volume	289,00	289,00
9	1	Gestão pública	Antonio Cesar Amaru Maximiano, Irene Patrícia Nohara	Atlas	2018	9788597013306	1811-3/02	volume	236,00	236,00
10	1	Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras	Claudio Goncalo Longo	Atlas	2014	9788522493203	1811-3/02	volume	172,00	172,00
11	1	Orçamento Público	James Giacomoni	Atlas	2021	9788597026122	1811-3/02	volume	169,00	169,00
12	1	Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público	Diana Vaz de Lima	Atlas	2018	9788597017854	1811-3/02	volume	114,00	114,00
13	1	Prática de recursos no processo civil	Gediel Claudino de Araujo Junior	Atlas	2021	9788597026085	1811-3/02	volume	180,00	180,00
14	1	LGPD aplicada	Ana Paula Moraes Canto de Lima, Marcelo Crespo e Patrícia Peck Pinheiro	Atlas	2022	9786559773282	1811-3/02	volume	119,20	119,20
15	1	Fundamentos de Direito Público	Irene Patrícia Nohara	Atlas	2022	9786559773404	1811-3/02	volume	129,00	129,00
16	1	Gestão da qualidade: teoria e prática	Edson Pacheco Paladini	Atlas	2019	9788597021578	1811-3/02	volume	141,30	141,30
17	1	Direito civil, 5: direito de família	Flávio tartuce	Forense	2021	9788530993795	1811-3/02	volume	239,00	239,00
18	1	Direito civil, 6: direito das sucessões	Flávio tartuce	Forense	2021	9788530993764	1811-3/02	volume	199,00	199,00
19	1	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Edgar Guimarães e Ricardo Sampaio	Forense	2022	9786559643097	1811-3/02	volume	109,00	109,00
20	1	Licitações e Contratos Administrativos - Inovações da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021	Maria S. Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	Forense	2022	9786559642168	1811-3/02	volume	199,00	199,00
21	1	Manual de direito da família	Rolf Madaleno	Forense	2022	9786559642465	1811-3/02	volume	179,00	179,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

22	2	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Rafael Carvalho Rezende Oliveira	Forense	2022	9786559645480	1811-3/02	volume	197,00	197,00
23	1	Reforma da Lei de Improbidade Administrativa: Comparada e Comentada	Marçal Justen Filho	Forense	2022	9786559642922	1811-3/02	volume	139,00	139,00
24	1	Teoria da argumentação jurídica	Robert Alexy	Forense	2021	9786559640652	1811-3/02	volume	120,00	120,00
25	1	Regulação e Proteção de Dados Pessoais - O Princípio da Accountability	Bruno Ricardo Bioni	Forense	2022	9786559645923	1811-3/02	volume	127,20	127,20
26	1	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	Forense	2023	9786559645763	1811-3/02	volume	299,00	299,00
27	1	Tratado de Proteção de Dados Pessoais	Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Ingo Wolfgang Sarlet e Otavio Luiz Rodrigues Jr.	Forense	2023	9786559642083	1811-3/02	volume	329,00	329,00
28	1	Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais	Otavio Luiz Rodrigues Jr.	Forense	2023	9786559646234	1811-3/02	volume	199,00	199,00
29	1	CLT comparada e atualizada com a reforma trabalhista	Vólia Bomfim Cassar	Método	2019	9788530986155	1811-3/02	volume	182,00	182,00
30	1	Controle Externo: teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas	Luiz Henrique Lima	Método	2021	9788547229405	1811-3/02	volume	145,00	145,00
31	1	Crimes em licitações e contratos administrativos	Cleber Masson	Método	2021	9786559640669	1811-3/02	volume	79,00	79,00
32	1	A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais	Luiz Cláudio de Azevedo Chaves	Fórum	2022	9786555183177	1811-3/02	volume	135,00	135,00
33	1	A obrigatoriedade constitucional das procuradorias municipais	Carlos Figueiredo Mourão, Raphael Diógenes Serafim Vieira, Gustavo Machado Tavares (coord.)	Fórum	2021	9786555183009	1811-3/02	volume	135,00	135,00
34	1	A processualidade no direito administrativo	Odete Medauar	Fórum	2021	9786555182712	1811-3/02	volume	135,00	135,00
35	1	Análise econômica das licitações e contratos	Marcos Nóbrega, Ronny Charles Lopes de Torres, Bradson Camelo	Fórum	2022	9786555183344	1811-3/02	volume	115,00	115,00
36	1	Arbitragem e administração pública: fundamentos teóricos e soluções práticas	Bruno Lopes Megna	Fórum	2020	9788545006701	1811-3/02	volume	125,00	125,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

37	1	As sanções nas contratações públicas	Aniello Parziale	Fórum	2021	9786555182002	1811-3/02	volume	159,00	159,00
38	1	Aspectos controvertidos do compliance na administração pública	Augusto Neves Dal Pozzo , Ricardo Marcondes Martins	Fórum	2020	978655518-0442	1811-3/02	volume	225,00	225,00
39	1	Auditoria baseada em riscos	Franklin Brasil Santos , Kleberon Roberto de Souza	Fórum	2022	9786555183719	1811-3/02	volume	99,00	99,00
40	1	Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, v. 1	Cristiana Fortini , Tatiana Camarão , Rafael Sérgio Lima de Oliveira	Fórum	2022	9786555183238	1811-3/02	volume	165,00	165,00
41	1	Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, v. 2	Cristiana Fortini , Tatiana Camarão , Rafael Sérgio Lima de Oliveira	Fórum	2022	9786555183245	1811-3/02	volume	165,00	165,00
42	1	Como combater a corrupção em licitações	Franklin Brasil Santos , Kleberon Roberto de Souza	Fórum	2020	9786555180411	1811-3/02	volume	89,00	89,00
43	1	Contratação direta sem licitação	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Murilo Jacoby Fernandes , Ana Luiza Jacoby Fernandes	Fórum	2021	9786555182323	1811-3/02	volume	85,20	85,20
44	1	Contrato público built to suit	Hamilton Bonatto , Rafael Costa Santos	Fórum	2022	9786555183450	1811-3/02	volume	105,00	105,00
45	1	Contratos da administração pública	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	Fórum	2021	9786555182347	1811-3/02	volume	155,00	155,00
46	1	Controle externo contemporâneo	Luiz Henrique Lima	Fórum	2020	9786555180992	1811-3/02	volume	95,00	95,00
47	1	Defesas em juízo e nos tribunais de contas	Gina Copola , Ivan Barbosa Rigolin	Fórum	2021	9786555181760	1811-3/02	volume	149,00	149,00
48	1	Direito administrativo	Carlos Ari Sundfeld	Fórum	2022	9786555183368	1811-3/02	volume	159,00	159,00
49	1	Direito administrativo e alternative dispute resolution	Leila Cuéllar, Egon Bockmann Moreira, Flávio Amaral Garcia, Elisa Schmidlin Cruz	Fórum	2020	9788545007470	1811-3/02	volume	115,00	115,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

50	1	Direito da Infraestrutura: Estudos de Temas Relevantes	Marçal Justen Filho, Marco Aurélio de Barcelos Silva	Fórum	2019	9788545006725	1811-3/02	volume	115,00	115,00
51	1	Direito dos serviços públicos	Alexandre Santos de Aragão	Fórum	2021	9788545002000	1811-3/02	volume	169,00	169,00
52	1	Direito urbanístico: fontes do direito urbanístico e direito à cidade	Daniela Campos Libório Di Sarno	Fórum	2020	9788545007371	1811-3/02	volume	89,00	89,00
53	1	Governo digital e a busca por inovação na administração pública: a lei nº 14.129, de 29 de março de 2021	Fabício Motta, Vanice Regina Lírio do Valle (coord)	Fórum	2022	9786555182873	1811-3/02	volume	125,00	125,00
54	1	Instituições do terceiro setor	Fernando Mânica	Fórum	2022	9786555183122	1811-3/02	volume	125,00	125,00
55	1	Lei nº 14.133/2021	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes	Fórum	2021	9786555182125	1811-3/02	volume	129,00	129,00
56	1	Lei nº 14.133/2021 comentada	Ivan Barbosa Rigolin	Fórum	2022	9786555182859	1811-3/02	volume	189,00	189,00
57	1	Licitação de registro de preços	Sidney Bittencourt	Fórum	2021	9786555182293	1811-3/02	volume	135,00	135,00
58	1	Licitação pública e contrato administrativo	Joel de Menezes Niebuhr	Fórum	2022	9786555183306	1811-3/02	volume	315,00	315,00
59	1	O serviço público	Jacques Chevallier	Fórum	2021	9786555182309	1811-3/02	volume	82,28	82,28
60	1	O termo de ajustamento de gestão como forma de tutela de direitos sociais	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	Fórum	2022	9786555183207	1811-3/02	volume	125,00	125,00
61	1	Planos estaduais de resíduos sólidos	Laone Lago	Fórum	2017	9788545004196	1811-3/02	volume	49,00	49,00
62	1	Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador	Gustavo Binenbojm	Fórum	2020	9786555180664	1811-3/02	volume	115,00	115,00
63	1	Procedimentos auxiliares das licitações e das contratações administrativas	João Eduardo Lopes Queiroz	Fórum	2022	9786555183320	1811-3/02	volume	135,00	135,00
64	1	Terceirização na administração pública	Cristiana Fortini , Flaviana Vieira Paim	Fórum	2022	9786555182880	1811-3/02	volume	145,00	145,00
65	1	Como combater o desperdício no setor público	Kleberson Roberto de Souza e Franklin Brasil Santos	Fórum	2022	9786555183580	1811-3/02	volume	115,00	115,00
66	1	Comentários sobre a Lei de improbidade administrativa	Walber de Moura Agra	Fórum	2022	9786555183405	1811-3/02	volume	165,00	165,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

67	1	Nova Lei de licitações passo a passo	Sidney Bittencourt	Fórum	2021	9786555182163	1811-3/02	volume	285,00	285,00
68	1	A nova Lei de licitações públicas e o Estatuto nacional das microempresas	Sidney Bittencourt	Fórum	2022	9786555183986	1811-3/02	volume	105,00	105,00
69	1	Responsabilidade do gestor na administração pública, v. 1: aspectos gerais	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184129	1811-3/02	volume	195,00	195,00
70	1	Responsabilidade do gestor na administração pública, v. 2: aspectos fiscais, financeiros, políticos e penais	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184112	1811-3/02	volume	199,00	199,00
71	1	Responsabilidade do gestor na administração pública, v. 3: improbidade e temas gerais	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184136	1811-3/02	volume	205,00	205,00
72	1	O custo da educação pública no Brasil	Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim	Fórum	2022	9786555184303	1811-3/02	volume	109,00	109,00
73	1	Direito das concessões de serviço público: concessões, parcerias, permissões e autorizações	Egon Bockmann Moreira	Fórum	2022	9786555184334	1811-3/02	volume	160,00	160,00
74	1	Inteligência artificial e fundamentação	Alan José de Oliveira Teixeira	Fórum	2022	9786555184143	1811-3/02	volume	110,00	110,00
75	1	A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais	Luiz Cláudio de Azevedo Chaves	Fórum	2022	9786555183177	1811-3/02	volume	135,00	135,00
76	1	Comentários a Lei de mobilidade urbana: Lei nº 12587/12 e atualizações	Geraldo Luís Spagno Guimarães	Fórum	2019	9788545006589	1811-3/02	volume	75,00	75,00
77	1	Direito municipal em debate, volume 6	Gustavo Machado Tavares, Taisa Cintra Dosso, Thiago Viola Pereira da Silva	Fórum	2022	9786555184068	1811-3/02	volume	205,00	205,00
78	1	Direito municipal em debate, volume 5	Eduardo de Souza Floriano	Fórum	2021	9786555181586	1811-3/02	volume	135,00	135,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

79	1	Fundamentos do ESG	Marcelo Zenkner , Fábio Galindo , Yoon Jung Kim	Fórum	2022	9786555184600	1811-3/02	volume	155,00	155,00
80	1	Consultoria em auditoria governamental	Diocésio Sant'Anna	Fórum	2023	9786555184815	1811-3/02	volume	89,00	89,00
81	1	Direito municipal em debate, v. 5	Eduardo de Souza Floriano	Fórum	2021	9786555181586	1811-3/02	volume	135,00	135,00
82	1	Direito municipal em debate, v. 6	Gustavo Machado Tavares, Thiago Viola Pereira da Silva (coord.)	Fórum	2022	9786555184068	1811-3/02	volume	205,00	205,00
83	1	Governança e sustentabilidade	Renato Cader, Teresa Villac	Fórum	2022	9786555183955	1811-3/02	volume	105,00	105,00
84	1	Auditoria de conformidade legal	Danielle Fernandes Reis, Deivison Cavalcante Pedroza, Raquel Filgueiras Varoni Moraes	Lúmen Juris	2018	9788551905111	1811-3/02	volume	80,00	80,00
85	1	Intervenção do Estado no domínio urbano	Maurício Jorge Pereira D. Mota, Emerson Affonso da Costa Moura	Lúmen Juris	2019	9788551914984	1811-3/02	volume	100,00	100,00
86	1	O inadimplemento em contratos administrativos	Igor de Aragão	Lúmen Juris	2022	9788551919972	1811-3/02	volume	75,00	75,00
87	1	Os tribunais de contas e o direito à boa administração pública	Dafne Reichel Cabral	Lúmen Juris	2022	9788551918289	1811-3/02	volume	100,00	100,00
88	1	Obras públicas e serviços de engenharia na nova Lei de licitações e contratos	Leonardo Saraiva, Aldem Johnston Barbosa Araújo	Lúmen Juris	2021	9786555109726	1811-3/02	volume	100,00	100,00
89	1	Política e administração pública	Ana Rita de Figueiredo Nery	Lúmen Juris	2020	9786555104134	1811-3/02	volume	110,00	110,00
90	1	Por uma boa administração pública	Suzana Mendonça	Lúmen Juris	2021	9786555104974	1811-3/02	volume	80,00	80,00
91	1	Processo administrativo eletrônico	Eduardo André Carvalho Schiefler	Lúmen Juris	2019	9788551914410	1811-3/02	volume	65,00	65,00
92	1	Relevância Constitucional dos Tribunais de Contas no Brasil	Cláudio Augusto Kania	Lúmen Juris	2020	9786555103762	1811-3/02	volume	95,00	95,00
93	1	Temas de direito público	Thaís Boia marçal	Lúmen Juris	2022	9788551909294	1811-3/02	volume	85,00	85,00
94	1	Arbitragem na administração pública	Leonardo Saraiva	Lúmen Juris	2019	9788551911204	1811-3/02	volume	60,00	60,00
95	1	Diálogos público-privados	Gustavo Henrique Carvalho Schiefler	Lúmen Juris	2018	9788551909706	1811-3/02	volume	130,00	130,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

96	1	Improbidade Administrativa e Implementação de Políticas Públicas	Talles Passos de Oliveira	Lúmen Juris	2022	9788551920879	1811-3/02	volume	70,00	70,00
97	1	Arbitragem e poder público	Diogo Albaneze Gomes Ribeiro	Lúmen Juris	2022	9788551921449	1811-3/02	volume	75,00	75,00
98	1	O Aspecto da Competência do Acordo de Leniência da Lei Anticorrupção	Juliana Fonseca de Azevedo	Lúmen Juris	2022	9788551919804	1811-3/02	volume	65,00	65,00
99	1	Gestão Democrática de Cidades: Estudos Fundamentais	Maria Claudia Bentes Albuquerque	Lúmen Juris	2022	9788551920275	1811-3/02	volume	100,00	100,00
100	1	Lei de Improbidade Administrativa Comentada	Rodrigo Mudrovitsch, Guilherme Pupe da Nóbrega	Lúmen Juris	2022	9788551919088	1811-3/02	volume	145,00	145,00
101	1	Organizações Sociais e Contratos de Gestão	Bernardo Wildi Lins	Lúmen Juris	2022	9788551919828	1811-3/02	volume	135,00	135,00
102	1	Tribunal de Contas no Combate à Corrupção	Ricardo Affonso Ramos	Lúmen Juris	2021	9786555106114	1811-3/02	volume	90,00	90,00
103	1	Temas de direito administrativo e de fundamentos do serviço público	Cynara Monteiro Mariano, Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva Pereira, Isabelly Cysne Augusto Maia	Lúmen Juris	2018	9788551908204	1811-3/02	volume	90,00	90,00
104	1	Tribunais de contas e inelegibilidade	André Garcia Xerez Silva	Lúmen Juris	2021	9786555101065	1811-3/02	volume	85,00	85,00
105	1	Fundamentos do processo de controle externo	Ismar Viana	Lúmen Juris	2022	9788551914588	1811-3/02	volume	105,00	105,00
106	1	Obras Públicas e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos	Leonardo Saraiva, Aldem Johnston Barbosa Araújo	Lúmen Juris	2021	9786555109726	1811-3/02	volume	100,00	100,00
107	1	Relevância Constitucional dos Tribunais de Contas no Brasil	Cláudio Augusto Kania	Lúmen Juris	2020	9786555103762	1811-3/02	volume	95,00	95,00
108	1	Direito administrativo e processo estrutural	Fernando Menegat	Lúmen Juris	2023	9788551922033	1811-3/02	volume	170,00	170,00
109	1	O acordo de não Persecução Civil na Ação de Improbidade Administrativa	Julizar Barbosa Trindade Júnior	Lúmen Juris	2022	9788551919835	1811-3/02	volume	105,00	105,00
110	1	Competência Administrativa Ambiental	Talden Farias	Lúmen Juris	2022	9788551919354	1811-3/02	volume	70,00	70,00
111	1	A Invalidez do negócio jurídico	Maurício Bunazar	RT	2022	9786559914623	1811-3/02	volume	210,00	210,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

112	1	Controle do Ato Administrativo, Consequencialismo e Compliance na era da IA	Phillip Gil França	RT	2021	9786559919017	1811-3/03	volume	242,00	242,00
113	1	Comentários à nova Lei de Improbidade Administrativa	Fernando da Fonseca Gajardoni; Luana Pedrosa de Figueireso Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira, Luiz Manoel Gomes Jr; Rogério Favreto	RT	2021	9786559915422	1811-3/04	volume	207,00	207,00
114	1	Controle do patrimônio público	Fernando Rodrigues Martins	RT	2021	9786559919000	1811-3/05	volume	198,00	198,00
115	1	Crimes de Licitação e Contratações Públicas	coordenador Juliano Breda	RT	2021	9786559919567	1811-3/06	volume	150,00	150,00
116	1	Direito, processo e tecnologia	Paulo Henrique dos Santos Lucon, Erik Navarro Wolkart, Francisco de Mesquita Laux, Giovani dos Santos Ravagnani	RT	2020	9786550651329	1811-3/07	volume	189,00	189,00
117	1	Gestão Pública, Infraestrutura e Desenvolvimento	coordenadores Amanda Salgado e Carvalho, André Castro Caravalho, Caroline Müller Bitencourt et al.	RT	2021	9786559915361	1811-3/08	volume	180,00	180,00
118	1	Inteligência artificial e direito: ética, regulação e responsabilidade	Ana De Oliveira Frazão Vieira De Mello, Caitlin Sampaio Mulholland	RT	2020	9786556142210	1811-3/09	volume	266,20	266,20
119	1	Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada	Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano e Maurício Zockun	RT	2021	9786556147550	1811-3/10	volume	310,00	310,00
120	1	Regulação Do Espaço Urbano	COORDENADORE S Analice Nogueira Santos Cunha, Angela Cassia Costaldello, Angela Moulin Penalva Santos et al.	RT	2021	9786559915354	1811-3/11	volume	180,00	180,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

121	1	Teoria da Improbidade Administrativa	Fábio Medina Osório	RT	2022	9786526009383	1811-3/12	volume	260,00	260,00
122	1	Metaverso e Direito - Desafios e Oportunidades	coordenador Bernardo de Azevedo e Souza	RT	2022	9786526009260	1811-3/13	volume	150,00	150,00
123	1	Comentários à Reforma da Previdência Volume 1	Wagner Balera, Ana Paula Oriola de Raeffray	RT	2020	9786550652791	1811-3/14	volume	133,10	133,10
124	1	Reforma da Previdência Social - Comparativo e Comentários a Emenda Constitucional 103/2019	Wagner Balera	RT	2020	9786550650674	1811-3/15	volume	86,00	86,00
125	1	Processo constitucional	Rennan Thamay	RT	2022	9786526004524	1811-3/16	volume	198,00	198,00
126	1	Comentários aos regulamentos e orientações da ANPD	Ana Paula Canto de Lima; Fabrício da Mota Alves	RT	2022	9786526005866	1811-3/17	volume	190,00	190,00
127	1	Processo constitucional e democracia	Luiz Guilherme Marinoni	RT	2022	9786526005781	1811-3/18	volume	250,00	250,00
128	1	Lei de Improbidade Administrativa Reformada - Lei 8.429/92 e Lei 14.230/21	Augusto Neves Dal Pozzo; José Roberto Pimenta Oliveira (coord.)	RT	2022	9786559913190	1811-3/19	volume	270,00	270,00
129	1	20 anos do Código de Defesa do Consumidor	Renan Lotufo; Fernando Martins	Saraiva	2011	9788502108042	1811-3/02	volume	73,00	73,00
130	1	Auditoria das demonstrações contábeis: uma abordagem contábil e jurídica	Alexandre Demetrius Pereira	Saraiva	2018	9788547233150	1811-3/02	volume	116,00	116,00
131	1	Curso de Direito Administrativo	Edmir Netto de Araújo	Saraiva	2018	9788547229405	1811-3/02	volume	150,00	150,00
132	1	Curso De Direito Constitucional	Luiz Guilherme Marinoni; Ingo Wolfgang Sarlet; Daniel Mitidiero	Saraiva	2022	9786553621824	1811-3/02	volume	283,00	283,00
133	1	Curso de direito constitucional contemporâneo	Luís Roberto Barroso	Saraiva	2020	9788553613779	1811-3/02	volume	214,00	214,00
134	1	Direito do trabalho	Sergio Pinto Martins	Saraiva	2021	9786555590067	1811-3/02	volume	233,00	233,00
135	1	Direito processual do trabalho	Sergio Pinto Martins	Saraiva	2020	9788553614257	1811-3/02	volume	249,00	249,00
136	1	Manual de direito processual civil	Cassio Scarpinella Bueno	Saraiva	2022	9786555592597	1811-3/02	volume	233,00	233,00
137	1	Manual do poder público em juízo	Cassio Scarpinella Bueno	Saraiva	2022	9786555596755	1811-3/02	volume	199,00	199,00
138	1	Tribunais de contas: controle externo das contas públicas	Edson Simões	Saraiva	2014	9788502215207	1811-3/02	volume	167,00	167,00
139	1	Vade Mecum temático: Administrativo e Constitucional		Saraiva	2021	9786555594201	1811-3/02	volume	185,00	185,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

140	1	Vade Mecum Tradicional 32. ed.		Saraiva	2021	9786555597943	1811-3/02	volume	225,00	225,00
141	1	Direito Previdenciário Esquemático	Marisa Ferreira dos Santos e Pedro Lenza	Saraiva	2021	9786555593297	1811-3/02	volume	219,00	219,00
142	1	A Luta pela Democracia no Mundo - Vol.3: Da Grécia à Antiga URSS e Rússia	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274805	1811-3/02	volume	191,20	191,20
143	1	A Luta pela República e Democracia no Brasil - Vol.4: Do Descobrimento à Revolução de 1930	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274867	1811-3/02	volume	175,20	175,20
144	1	A Luta pela República e Democracia no Brasil - Vol.5: De Vargas a Bolsonaro	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274881	1811-3/02	volume	183,20	183,20
145	1	Constitucionalismo e Constituição de 1988 - Vol.1	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274775	1811-3/02	volume	135,20	135,20
146	1	Constituição Econômica e Desenvolvimento	Gilberto Bercovici	Almedina	2022	9786556275062	1811-3/02	volume	135,20	135,20
147	1	Contratando sem licitação: contratação direta por dispensa ou inexigibilidade	Sidney Bittencourt	Almedina	2021	9786556273716	1811-3/02	volume	47,00	47,00
148	1	Fundamentos do Direito Contratual	Osny da Silva Filho	Almedina	2022	9786556274645	1811-3/02	volume	159,00	159,00
149	1	Grandes Pensadores do Estado e do Direito - Vol.2: Reflexos na Organização dos Estados	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274829	1811-3/02	volume	151,20	151,20
150	1	Comentários à Nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021	Antonio Cecílio Moreira Pires, Aniello Parziale	Almedina	2022	9786556274263	1811-3/02	volume	249,00	249,00
151	1	Auditoria	Audrey Gramling, Larry Rittenberg, Karla Johnstone	Cengage Learning	2011	9788522109036	1811-3/02	volume	257,90	257,90
152	1	Manual de estruturação de concessões e parcerias público-privadas	Carlos José Guimarães Cova	Cengage Learning	2017	9788522127788	1811-3/02	volume	75,90	75,90
153	1	Teorias da administração pública	Robert Denhardt, Thomas Catlaw	Cengage Learning	2016	9788522125623	1811-3/02	volume	100,90	100,90
154	1	A crise fiscal e monetária brasileira	Edmar Bacha	Civilização Brasileira	2017	9788520013144	1811-3/02	volume	49,95	49,95
155	1	Escrever melhor	Dad Squarisi; Arlete Salvador	Contexto	2014	9788572443906	1811-3/02	volume	43,00	43,00
156	1	Tribunais de Contas no Estado Democrático e os desafios do controle externo	João Antonio da Silva Filho	Contracorrente	2019	9788569220664	1811-3/02	volume	60,50	60,50

157	1	Direito Público e arbitragem: os desafios emergentes da resolução privada de conflitos do Estado	Organizadores: Rafael Valim e Walfrido Warde	Contracorrente	2022	9786553960398	1811-3/02	volume	140,00	140,00
158	1	A revogação dos atos administrativos	Renato Alessi	Contracorrente	2022	9786553960091	1811-3/02	volume	93,50	93,50
159	1	Argumentação legislativa	Manuel Atienza	Contracorrente	2022	9786553960510	1811-3/02	volume	80,00	80,00
160	1	Regulação do saneamento	Anderson Medeiros Bonfim	Contracorrente	2022	9786553960336	1811-3/02	volume	90,00	90,00
161	1	Direito Público e arbitragem: os desafios emergentes da resolução privada de conflitos do Estado	Rafael Valim; Walfrido Warde (org.)	Contracorrente	2022	9786553960398	1811-3/02	volume	140,00	140,00
162	1	A moralidade do direito	Lon L. Fuller ; tradutores Augusto Neves Dal Pozzo e Gabriela Bresser Pereira Dal Pozzo	Contracorrente	2022	9786553960374	1811-3/02	volume	105,00	105,00
163	1	Regulação econômica do espaço urbano e apropriação do excedente	Rodrigo Oliveira Salgado	Contracorrente	2022	9786553960305	1811-3/02	volume	99,00	99,00
164	1	Tribunais de Contas no Estado Democrático e os desafios do controle externo	João Antonio da Silva Filho	Contracorrente	2019	9788569220664	1811-3/02	volume	66,50	66,50
165	1	As normas de Direito Público na Lei de Introdução ao Direito brasileiro: paradigmas para interpretação e aplicação do Direito Administrativo	Edilson Pereira Nobre Junior	Contracorrente	2019	9788569220602	1811-3/02	volume	82,30	82,30
166	1	Os grandes princípios do Direito Público: Constitucional e administrativo	Juan Carlos Cassagne	Contracorrente	2017	9788569220336	1811-3/02	volume	229,90	229,90
167	1	Metamorfoses do Direito Global: sobre a interação entre Direito, tempo e tecnologia	Ricardo Campos	Contracorrente	2022	9786553960657	1811-3/02	volume	110,00	110,00
168	1	A lógica da pesquisa científica	Karl Popper	Cultrix	2013	9788531612503	1811-3/02	volume	72,00	72,00
169	1	Teoria da norma jurídica	Norberto Bobbio	Edipro	2016	9788572839037	1811-3/02	volume	56,00	56,00
170	1	Teoria do ordenamento jurídico	Norberto Bobbio	Edipro	2019	9788572836142	1811-3/02	volume	56,00	56,00
171	1	Inteligência artificial aplicada ao processo de tomada de decisões	Henrique Alves Pinto, Jefferson Cárus Guedes, Joaquim Portes de Cerqueira César	Editora D'Plácido	2020	9786555890945	1811-3/02	volume	279,90	279,90

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

172	1	Administração pública digital	José Luiz de Moura Faleiros Júnior	Editora Foco	2020	9786555150971	1811-3/02	volume	159,00	159,00
173	1	Governança organizacional pública e planejamento estratégico	Augustinho V. Paludo, Antonio G. Oliveira	Editora Foco	2021	9786555152432	1811-3/02	volume	69,00	69,00
174	1	O regime previdenciário dos servidores públicos de acordo com a EC 103/19	Tatiana Nóbrega e Maurício Benedito	Editora Foco	2022	9786555155150	1811-3/02	volume	153,40	153,40
175	1	LGPD - Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais: comentada	Paulo Alves Franco	Imperium	2020	9788599202838	1811-3/02	volume	79,00	79,00
176	1	A nova lei das Estatais	Sidney Bittencourt	Mizuno	2017	9788577893225	1811-3/02	volume	98,00	98,00
177	1	Crimes licitatórios	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	2021	9786555261981	1811-3/02	volume	98,00	98,00
178	1	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para Municípios	Marcelo Palavéri	Mizuno	2021	9786555262780	1811-3/02	volume	158,00	158,00
179	1	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Sidney Bittencourt	Mizuno	2021	9786555262629	1811-3/02	volume	84,00	84,00
180	1	Novo Pregão Eletrônico: comentários ao novo decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019	Sidney Bittencourt	Mizuno	2020	9788577895113	1811-3/02	volume	105,00	105,00
181	1	Teoria geral do direito	Norberto Bobbio	Martins		9788561635640	1811-3/02	volume	83,49	83,49
182	1	O direito da sociedade	Niklas Luhmann	Martins Editora	2016	9788580632569	1811-3/02	volume	118,58	118,58
183	1	Experiências Práticas em Concessões e PPPs v. 1	Coordenação de Diego Jacome Valois Tafur	Quartier Latin	2019	9786555750461	1811-3/02	volume	189,00	189,00
184	1	Experiências Práticas em Concessões e PPPs v. 2	Coordenação de Diego Jacome Valois Tafur	Quartier Latin	2019	9786555750478	1811-3/02	volume	182,00	182,00
185	1	Teoria dos Graus de vinculação à juridicidade	Gustavo Binbenojm	Renovar	2014	9788571478602	1811-3/02	volume	144,40	144,40
186	1	Ciência Política, Estado e Direito Público: uma Introdução ao Direito Público da Contemporaneidade	Pietro de Jesús Lora Alarcón	Tirant Lo Blanch Brasil	2022	9786559083039	1811-3/02	volume	105,00	105,00
187	1	Entre Têmis e Leviatã	Marcelo Neves	WMF Martins Fontes	2012	9788578275808	1811-3/02	volume	89,00	89,00
188	1	Filosofia do direito	Gustav Radbruch	WMF Martins Fontes	2010	9788578272906	1811-3/02	volume	79,90	79,90
189	1	Fronteiras da teoria do direito	Richard A. Posner	WMF Martins Fontes	2011	9788578273200	1811-3/02	volume	119,90	119,90
190	1	Teoria pura do direito	Hans Kelsen	WMF Martins Fontes	2018	9788578272050	1811-3/02	volume	84,90	84,90
191	1	Inteligência artificial e direito: convergência ética e estratégica	Fabiano Hartmann Peixoto	Alterida de	2020	9786599058721	1811-3/02	volume	54,31	54,31

192	1	Auditoria aplicada ao setor público: uma análise sobre percepção da qualidade e satisfação geral do auditado	Josaias Santana dos Santos	Appris	2019	9788547332761	1811-3/02	volume	47,00	47,00
193	1	Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade	Eduardo Magrani	Arquipélago Editorial	2019	9788554500290	1811-3/02	volume	89,9	89,9
194	1	Dicionário de hermenêutica	Lenio Streck	Casa do Direito	2020	9788595303713	1811-3/02	volume	89,00	89,00
195	1	Manual de direito municipal	Jonas Ricardo Correia, José Domingues Filho, Gilberto Ferreira Marchetti Filho e Willian Epitácio Teodoro de Carvalho	Contemplar	2021	9788594870872	1811-3/02	volume	263,00	263,00
196	1	Hermenêutica do direito administrativo e serviços públicos, volume 1	Sandro Lúcio Dezan, Paulo Afonso Cavichioli Carmona (org.)	CRV	2020	9786555783759	1811-3/02	volume	63,00	63,00
197	1	Hermenêutica do direito administrativo e serviços públicos, volume 2	Sandro Lúcio Dezan, Paulo Afonso Cavichioli Carmona (org.)	CRV	2020	9786555784121	1811-3/02	volume	62,28	62,28
198	1	Despesa pública e rent-seeking: um olhar jurídico pós-positivista ao controle do gasto público	Eduardo Cândia	Del Rey	2019	9788538405597	1811-3/02	volume	80,00	80,00
199	1	Auditoria contábil-financeira no setor público	Laércio Mendes Vieira	Gestão Pública	2021	9786587962023	1811-3/02	volume	130,00	130,00
200	1	Processo administrativo e o novo CPC	Aldem Johnston Barbosa Araújo	Juruá	2017	9788536268347	1811-3/02	volume	89,00	89,00
201	1	Manual Prático do Auditor - Guia de Gestão	Luiz Fernando Joly Assumpção	Juruá	2022	9788536295312	1811-3/02	volume	129,70	129,70
202	1	A história do orçamento público	Rafael Antonio Baldo	Juruá	2022	9788536296784	1811-3/02	volume	129,90	129,90
203	1	Administração Pública - Do Litígio ao Consenso Redesenhando o Interesse Público	Tânia de Sousa Elias	Juruá	2022	9786526301487	1811-3/02	volume	59,90	59,90
204	1	Contratos Administrativos - Do seu Reequilíbrio Econômico Financeiro à Luz das Decisões do TCU e da AGU - Reajuste - Revisão - Repactuação	Ronaldo Coelho Lamarão	Juruá	2022	9786526301722	1811-3/02	volume	109,90	109,90

205	1	Consórcios Públicos - Atualizado de Acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei Federal 14.133/2021)	Cirino Adolfo Cabral Neto	Juruá	2021	9786556056302	1811-3/02	volume	79,90	79,90
206	1	Inteligência artificial: aspectos Jurídicos	Tarcisio Teixeira, Vinicius Cheliga	JusPodivm	2021	9786556803135	1811-3/02	volume	74,90	74,90
207	1	Inteligência artificial e direito processual	Erik Navarro Wolkart, Dierle Nunes e Paulo Henrique dos Santos Lucon	JusPodivm	2022	9788544238103	1811-3/02	volume	149,90	149,90
208	1	Manual de inteligência artificial no direito brasileiro	Fernanda de Carvalho Lage	JusPodivm	2020	9786556802480	1811-3/02	volume	84,90	84,90
209	1	Negócios jurídicos processuais	Pedro Henrique Nogueira	JusPodivm	2018	9788544223413	1811-3/02	volume	74,90	74,90
210	1	Administração Tributária Municipal	Francisco Ramos Magieri	Livraria do Advogado	2015	9788573489583	1811-3/02	volume	56,00	56,00
211	1	Da responsabilidade de agentes públicos e provados nos processos de licitação e contratação: Lei nº 14.133/2021	Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti	Ordem Jurídica	2022	9786599737015	1811-3/02	volume	215,00	215,00
212	1	Manual de direito municipal brasileiro	Isaac Carneiro Newton	P&A	2018	9788592475901	1811-3/02	volume	199,00	199,00
VALOR TOTAL									29.760,89	

1.2.1. O critério de julgamento adotado será *maior percentual de desconto*, observadas as exigências contidas neste Edital de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não

autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Edital de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização

fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do edital de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o percentual de desconto sobre o valor do material bibliográfico constante em catálogos ou tabelas no mês do fornecimento de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo acompanhado do símbolo de porcentagem, considerando as quantidades constantes do Anexo II deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o percentual de desconto, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este edital;

3.4.1. Os percentuais de descontos ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem

como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.8.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização do percentual de desconto final máximo, com o registro do seu lance final aceitável (maior desconto).

3.9.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste edital.

3.9.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Contratação Direta;

3.9.2. O percentual de desconto final máximo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma percentual de desconto inferior a lance já registrado por ele no sistema;

3.9.3. O percentual de desconto final máximo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Edital de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste edital.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **percentual de desconto**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que superior ao maior por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4. O intervalo mínimo entre os lances é de 0,01%.

4.5. Havendo lances iguais ao maior já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do desconto em relação ao estipulado para a contratação.

5.1.1. O fornecedor detentor da melhor oferta, após solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar a proposta final, de acordo com o item em que tiver realizado a melhor oferta, conforme modelo do Anexo III.

5.2. No caso de o desconto da proposta vencedora estar abaixo do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor desconto, para que seja obtida melhor proposta com desconto compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do desconto mínimo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o desconto compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços/descontos inexequíveis ou permanecerem abaixo do desconto mínimo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de desconto ou maior lance que:
 - 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços/descontos global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja redução no desconto.
- 5.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.9.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de

improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Contratação Direta.

6.9. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o

órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. A adjudicatária será convocada pelo Tribunal para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

7.3. A adjudicatária terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta.

7.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com Edital de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.3.2. O prazo previsto para assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceitação da Nota de Empenho poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

7.4.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Contratação Direta e seus anexos;

7.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5. *O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável por até igual período na conformidade com o artigo Art. 84 da Lei 14.133/2021.*

7.6. *Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.*

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Edital de Contratação Direta,

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das Ddades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao

fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Municipal nº 14.141, de 2006.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente Edital com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de

lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
- 9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 9.13.3. ANEXO III – Modelo de Proposta
- 9.13.4. ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 9.13.5. ANEXO V – Minuta de Dados para Empenho

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da

Fazenda Nacional.

- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* **ou** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços de percentuais de desconto para aquisição de acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação deste Tribunal, utilizando o critério de MENOR PREÇO GLOBAL (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO), que será aplicado sobre o "valor de capa" ou "valor de tabela", praticado pelas editoras/distribuidoras, conforme item 2 deste Termo de Referência, mediante dispensa eletrônica, nos termos do inciso II, do artigo 75 e § 6º, do artigo 82 da Lei nº 14.133/21 e a Ordem Interna nº 01/2023.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Serão adquiridos livros impressos nacionais:

2.1.1. Ciências Jurídicas, compreendendo, entre outros, os temas: Legislação, Códigos, Administrativo, Civil, Comercial, Constitucional, Tributário, Previdenciário, Penal, Trabalhista;

2.1.2. Ciências Sociais, compreendendo as áreas de: Filosofia, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Metodologia, Gramática, Meio Ambiente;

2.1.3. Ciências Exatas, compreendendo as áreas de: Administração, Finanças, Economia, Contabilidade, Saúde, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Estatística, Tecnologia da Informação.

2.2. Os títulos compõem a tabela:

ITEM	QTDE	TITULO	AUTOR	EDITOR A	ANO	ISBN	SUBCLASS E CNAE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO DE CAPA / PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	1	Administração pública	José Matias-Pereira	Atlas	2018	9788597015027	1811-3/02	volume	135,00	135,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

2	1	Análise avançada das demonstrações contábeis	Eliseu Martins, Josedilton Diniz e Gilberto José Miranda	Atlas	2020	9788597025224	1811-3/02	volume	191,00	191,00
3	1	Contabilidade aplicada ao setor público	João Eudes Bezerra Filho	Atlas	2021	9788597026658	1811-3/02	volume	104,00	104,00
4	1	Contabilidade aplicada ao setor público	Ariel Behr e Diogo Duarte Barbosa	Atlas	2016	9788597003413	1811-3/02	volume	98,00	98,00
5	1	Contabilidade de Custos	Eliseu Martins	Atlas	2018	9788597017816	1811-3/02	volume	206,00	206,00
6	1	Contabilidade pública: análise financeira governamental	Severino Cesário de Lima e Josedilton Alves Diniz	Atlas	2017	9788597008234	1811-3/02	volume	156,00	156,00
7	1	Contabilidade pública: teoria e prática	Helio Kohama	Atlas	2016	9788597006315	1811-3/02	volume	200,00	200,00
8	1	Direito constitucional	Alexandre de Moraes	Atlas	2021	9788597027624	1811-3/02	volume	289,00	289,00
9	1	Gestão pública	Antonio Cesar Amaru Maximiano, Irene Patrícia Nohara	Atlas	2018	9788597013306	1811-3/02	volume	236,00	236,00
10	1	Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras	Claudio Goncalo Longo	Atlas	2014	9788522493203	1811-3/02	volume	172,00	172,00
11	1	Orçamento Público	James Giacomoni	Atlas	2021	9788597026122	1811-3/02	volume	169,00	169,00
12	1	Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público	Diana Vaz de Lima	Atlas	2018	9788597017854	1811-3/02	volume	114,00	114,00
13	1	Prática de recursos no processo civil	Gediel Claudino de Araujo Junior	Atlas	2021	9788597026085	1811-3/02	volume	180,00	180,00
14	1	LGPD aplicada	Ana Paula Moraes Canto de Lima, Marcelo Crespo e Patrícia Peck Pinheiro	Atlas	2022	9786559773282	1811-3/02	volume	119,20	119,20
15	1	Fundamentos de Direito Público	Irene Patrícia Nohara	Atlas	2022	9786559773404	1811-3/02	volume	129,00	129,00
16	1	Gestão da qualidade: teoria e prática	Edson Pacheco Paladini	Atlas	2019	9788597021578	1811-3/02	volume	141,30	141,30
17	1	Direito civil, 5: direito de família	Flávio tartuce	Forense	2021	9788530993795	1811-3/02	volume	239,00	239,00
18	1	Direito civil, 6: direito das sucessões	Flávio tartuce	Forense	2021	9788530993764	1811-3/02	volume	199,00	199,00
19	1	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	Edgar Guimarães e Ricardo Sampaio	Forense	2022	9786559643097	1811-3/02	volume	109,00	109,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

20	1	Licitações e Contratos Administrativos - Inovações da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021	Maria S. Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	Forense	2022	9786559642168	1811-3/02	volume	199,00	199,00
21	1	Manual de direito da família	Rolf Madaleno	Forense	2022	9786559642465	1811-3/02	volume	179,00	179,00
22	2	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Rafael Carvalho Rezende Oliveira	Forense	2022	9786559645480	1811-3/02	volume	197,00	197,00
23	1	Reforma da Lei de Improbidade Administrativa: Comparada e Comentada	Marçal Justen Filho	Forense	2022	9786559642922	1811-3/02	volume	139,00	139,00
24	1	Teoria da argumentação jurídica	Robert Alexy	Forense	2021	9786559640652	1811-3/02	volume	120,00	120,00
25	1	Regulação e Proteção de Dados Pessoais - O Princípio da Accountability	Bruno Ricardo Bioni	Forense	2022	9786559645923	1811-3/02	volume	127,20	127,20
26	1	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	Forense	2023	9786559645763	1811-3/02	volume	299,00	299,00
27	1	Tratado de Proteção de Dados Pessoais	Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Ingo Wolfgang Sarlet e Otavio Luiz Rodrigues Jr.	Forense	2023	9786559642083	1811-3/02	volume	329,00	329,00
28	1	Direito Civil Contemporâneo - Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais	Otavio Luiz Rodrigues Jr.	Forense	2023	9786559646234	1811-3/02	volume	199,00	199,00
29	1	CLT comparada e atualizada com a reforma trabalhista	Vólia Bomfim Cassar	Método	2019	9788530986155	1811-3/02	volume	182,00	182,00
30	1	Controle Externo: teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas	Luiz Henrique Lima	Método	2021	9788547229405	1811-3/02	volume	145,00	145,00
31	1	Crimes em licitações e contratos administrativos	Cleber Masson	Método	2021	9786559640669	1811-3/02	volume	79,00	79,00
32	1	A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais	Luiz Cláudio de Azevedo Chaves	Fórum	2022	9786555183177	1811-3/02	volume	135,00	135,00
33	1	A obrigatoriedade constitucional das procuradorias municipais	Carlos Figueiredo Mourão, Raphael Diógenes Serafim Vieira, Gustavo Machado Tavares (coord.)	Fórum	2021	9786555183009	1811-3/02	volume	135,00	135,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

34	1	A processualidade no direito administrativo	Odete Medauar	Fórum	2021	9786555182712	1811-3/02	volume	135,00	135,00
35	1	Análise econômica das licitações e contratos	Marcos Nóbrega, Ronny Charles Lopes de Torres, Bradson Camelo	Fórum	2022	9786555183344	1811-3/02	volume	115,00	115,00
36	1	Arbitragem e administração pública: fundamentos teóricos e soluções práticas	Bruno Lopes Megna	Fórum	2020	9788545006701	1811-3/02	volume	125,00	125,00
37	1	As sanções nas contratações públicas	Aniello Parziale	Fórum	2021	9786555182002	1811-3/02	volume	159,00	159,00
38	1	Aspectos controvertidos do compliance na administração pública	Augusto Neves Dal Pozzo, Ricardo Marcondes Martins	Fórum	2020	978655518-0442	1811-3/02	volume	225,00	225,00
39	1	Auditoria baseada em riscos	Franklin Brasil Santos, Kleberon Roberto de Souza	Fórum	2022	9786555183719	1811-3/02	volume	99,00	99,00
40	1	Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, v. 1	Cristiana Fortini, Tatiana Camarão, Rafael Sérgio Lima de Oliveira	Fórum	2022	9786555183238	1811-3/02	volume	165,00	165,00
41	1	Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos, v. 2	Cristiana Fortini, Tatiana Camarão, Rafael Sérgio Lima de Oliveira	Fórum	2022	9786555183245	1811-3/02	volume	165,00	165,00
42	1	Como combater a corrupção em licitações	Franklin Brasil Santos, Kleberon Roberto de Souza	Fórum	2020	9786555180411	1811-3/02	volume	89,00	89,00
43	1	Contratação direta sem licitação	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Murilo Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes	Fórum	2021	9786555182323	1811-3/02	volume	85,20	85,20
44	1	Contrato público built to suit	Hamilton Bonatto, Rafael Costa Santos	Fórum	2022	9786555183450	1811-3/02	volume	105,00	105,00
45	1	Contratos da administração pública	Paulo Sérgio de Monteiro Reis	Fórum	2021	9786555182347	1811-3/02	volume	155,00	155,00
46	1	Controle externo contemporâneo	Luiz Henrique Lima	Fórum	2020	9786555180992	1811-3/02	volume	95,00	95,00
47	1	Defesas em juízo e nos tribunais de contas	Gina Copola, Ivan Barbosa Rigolin	Fórum	2021	9786555181760	1811-3/02	volume	149,00	149,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

48	1	Direito administrativo	Carlos Ari Sundfeld	Fórum	2022	9786555183368	1811-3/02	volume	159,00	159,00
49	1	Direito administrativo e alternative dispute resolution	Leila Cuéllar, Egon Bockmann Moreira, Flávio Amaral Garcia, Elisa Schmidlin Cruz	Fórum	2020	9788545007470	1811-3/02	volume	115,00	115,00
50	1	Direito da Infraestrutura: Estudos de Temas Relevantes	Marçal Justen Filho, Marco Aurélio de Barcelos Silva	Fórum	2019	9788545006725	1811-3/02	volume	115,00	115,00
51	1	Direito dos serviços públicos	Alexandre Santos de Aragão	Fórum	2021	9788545002000	1811-3/02	volume	169,00	169,00
52	1	Direito urbanístico: fontes do direito urbanístico e direito à cidade	Daniela Campos Libório Di Sarno	Fórum	2020	9788545007371	1811-3/02	volume	89,00	89,00
53	1	Governo digital e a busca por inovação na administração pública: a lei nº 14.129, de 29 de março de 2021	Fabrizio Motta, Vanice Regina Lírio do Valle (coord)	Fórum	2022	9786555182873	1811-3/02	volume	125,00	125,00
54	1	Instituições do terceiro setor	Fernando Mânica	Fórum	2022	9786555183122	1811-3/02	volume	125,00	125,00
55	1	Lei nº 14.133/2021	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Ana Luiza Jacoby Fernandes	Fórum	2021	9786555182125	1811-3/02	volume	129,00	129,00
56	1	Lei nº 14.133/2021 comentada	Ivan Barbosa Rigolin	Fórum	2022	9786555182859	1811-3/02	volume	189,00	189,00
57	1	Licitação de registro de preços	Sidney Bittencourt	Fórum	2021	9786555182293	1811-3/02	volume	135,00	135,00
58	1	Licitação pública e contrato administrativo	Joel de Menezes Niebuhr	Fórum	2022	9786555183306	1811-3/02	volume	315,00	315,00
59	1	O serviço público	Jacques Chevallier	Fórum	2021	9786555182309	1811-3/02	volume	82,28	82,28
60	1	O termo de ajustamento de gestão como forma de tutela de direitos sociais	Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	Fórum	2022	9786555183207	1811-3/02	volume	125,00	125,00
61	1	Planos estaduais de resíduos sólidos	Laone Lago	Fórum	2017	9788545004196	1811-3/02	volume	49,00	49,00
62	1	Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador	Gustavo Binenbojm	Fórum	2020	9786555180664	1811-3/02	volume	115,00	115,00
63	1	Procedimentos auxiliares das licitações e das contratações administrativas	João Eduardo Lopes Queiroz	Fórum	2022	9786555183320	1811-3/02	volume	135,00	135,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

64	1	Terceirização na administração pública	Cristiana Fortini , Flaviana Vieira Paim	Fórum	2022	9786555182880	1811-3/02	volume	145,00	145,00
65	1	Como combater o desperdício no setor público	Kleberson Roberto de Souza e Franklin Brasil Santos	Fórum	2022	9786555183580	1811-3/02	volume	115,00	115,00
66	1	Comentários sobre a Lei de improbidade administrativa	Walber de Moura Agra	Fórum	2022	9786555183405	1811-3/02	volume	165,00	165,00
67	1	Nova Lei de licitações passo a passo	Sidney Bittencourt	Fórum	2021	9786555182163	1811-3/02	volume	285,00	285,00
68	1	A nova Lei de licitações públicas e o Estatuto nacional das microempresas	Sidney Bittencourt	Fórum	2022	9786555183986	1811-3/02	volume	105,00	105,00
69	1	Responsabilidade do gestor na administração pública, v. 1: aspectos gerais	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184129	1811-3/02	volume	195,00	195,00
70	1	Responsabilidade do gestor na administração pública, v. 2: aspectos fiscais, financeiros, políticos e penais	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184112	1811-3/02	volume	199,00	199,00
71	1	Responsabilidade do gestor na administração pública, v. 3: improbidade e temas gerais	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184136	1811-3/02	volume	205,00	205,00
72	1	O custo da educação pública no Brasil	Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim	Fórum	2022	9786555184303	1811-3/02	volume	109,00	109,00
73	1	Direito das concessões de serviço público: concessões, parcerias, permissões e autorizações	Egon Bockmann Moreira	Fórum	2022	9786555184334	1811-3/02	volume	160,00	160,00
74	1	Inteligência artificial e fundamentação	Alan José de Oliveira Teixeira	Fórum	2022	9786555184143	1811-3/02	volume	110,00	110,00
75	1	A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais	Luiz Cláudio de Azevedo Chaves	Fórum	2022	9786555183177	1811-3/02	volume	135,00	135,00
76	1	Comentários a Lei de mobilidade urbana: Lei nº 12587/12 e atualizações	Geraldo Luís Spagno Guimarães	Fórum	2019	9788545006589	1811-3/02	volume	75,00	75,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

77	1	Direito municipal em debate, volume 6	Gustavo Machado Tavares, Taisa Cintra Dosso, Thiago Viola Pereira da Silva	Fórum	2022	9786555184068	1811-3/02	volume	205,00	205,00
78	1	Direito municipal em debate, volume 5	Eduardo de Souza Floriano	Fórum	2021	9786555181586	1811-3/02	volume	135,00	135,00
79	1	Fundamentos do ESG	Marcelo Zenkner , Fábio Galindo , Yoon Jung Kim	Fórum	2022	9786555184600	1811-3/02	volume	155,00	155,00
80	1	Consultoria em auditoria governamental	Diocésio Sant'Anna	Fórum	2023	9786555184815	1811-3/02	volume	89,00	89,00
81	1	Direito municipal em debate, v. 5	Eduardo de Souza Floriano	Fórum	2021	9786555181586	1811-3/02	volume	135,00	135,00
82	1	Direito municipal em debate, v. 6	Gustavo Machado Tavares, Thiago Viola Pereira da Silva (coord.)	Fórum	2022	9786555184068	1811-3/02	volume	205,00	205,00
83	1	Governança e sustentabilidade	Renato Cader, Teresa Villac	Fórum	2022	9786555183955	1811-3/02	volume	105,00	105,00
84	1	Auditoria de conformidade legal	Danielle Fernandes Reis, Deivison Cavalcante Pedroza, Raquel Filgueiras Varoni Moraes	Lúmen Juris	2018	9788551905111	1811-3/02	volume	80,00	80,00
85	1	Intervenção do Estado no domínio urbano	Maurício Jorge Pereira D. Mota, Emerson Affonso da Costa Moura	Lúmen Juris	2019	9788551914984	1811-3/02	volume	100,00	100,00
86	1	O inadimplemento em contratos administrativos	Igor de Aragão	Lúmen Juris	2022	9788551919972	1811-3/02	volume	75,00	75,00
87	1	Os tribunais de contas e o direito à boa administração pública	Dafne Reichel Cabral	Lúmen Juris	2022	9788551918289	1811-3/02	volume	100,00	100,00
88	1	Obras públicas e serviços de engenharia na nova Lei de licitações e contratos	Leonardo Saraiva, Aldem Johnston Barbosa Araújo	Lúmen Juris	2021	9786555109726	1811-3/02	volume	100,00	100,00
89	1	Política e administração pública	Ana Rita de Figueiredo Nery	Lúmen Juris	2020	9786555104134	1811-3/02	volume	110,00	110,00
90	1	Por uma boa administração pública	Suzana Mendonça	Lúmen Juris	2021	9786555104974	1811-3/02	volume	80,00	80,00
91	1	Processo administrativo eletrônico	Eduardo André Carvalho Schiefeler	Lúmen Juris	2019	9788551914410	1811-3/02	volume	65,00	65,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

92	1	Relevo Constitucional dos Tribunais de Contas no Brasil	Cláudio Augusto Kania	Lúmen Juris	2020	9786555103762	1811-3/02	volume	95,00	95,00
93	1	Temas de direito público	Thaís Boia marçal	Lúmen Juris	2022	9788551909294	1811-3/02	volume	85,00	85,00
94	1	Arbitragem na administração pública	Leonardo Saraiva	Lúmen Juris	2019	9788551911204	1811-3/02	volume	60,00	60,00
95	1	Diálogos público-privados	Gustavo Henrique Carvalho Schiefler	Lúmen Juris	2018	9788551909706	1811-3/02	volume	130,00	130,00
96	1	Improbidade Administrativa e Implementação de Políticas Públicas	Talles Passos de Oliveira	Lúmen Juris	2022	9788551920879	1811-3/02	volume	70,00	70,00
97	1	Arbitragem e poder público	Diogo Albaneze Gomes Ribeiro	Lúmen Juris	2022	9788551921449	1811-3/02	volume	75,00	75,00
98	1	O Aspecto da Competência do Acordo de Leniência da Lei Anticorrupção	Juliana Fonseca de Azevedo	Lúmen Juris	2022	9788551919804	1811-3/02	volume	65,00	65,00
99	1	Gestão Democrática de Cidades: Estudos Fundamentais	Maria Claudia Bentes Albuquerque	Lúmen Juris	2022	9788551920275	1811-3/02	volume	100,00	100,00
100	1	Lei de Improbidade Administrativa Comentada	Rodrigo Mudrovitsch, Guilherme Pupe da Nóbrega	Lúmen Juris	2022	9788551919088	1811-3/02	volume	145,00	145,00
101	1	Organizações Sociais e Contratos de Gestão	Bernardo Wildi Lins	Lúmen Juris	2022	9788551919828	1811-3/02	volume	135,00	135,00
102	1	Tribunal de Contas no Combate à Corrupção	Ricardo Affonso Ramos	Lúmen Juris	2021	9786555106114	1811-3/02	volume	90,00	90,00
103	1	Temas de direito administrativo e de fundamentos do serviço público	Cynara Monteiro Mariano, Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva Pereira, Isabelly Cysne Augusto Maia	Lúmen Juris	2018	9788551908204	1811-3/02	volume	90,00	90,00
104	1	Tribunais de contas e inelegibilidade	André Garcia Xerez Silva	Lúmen Juris	2021	9786555101065	1811-3/02	volume	85,00	85,00
105	1	Fundamentos do processo de controle externo	Ismar Viana	Lúmen Juris	2022	9788551914588	1811-3/02	volume	105,00	105,00
106	1	Obras Públicas e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos	Leonardo Saraiva, Aldem Johnston Barbosa Araújo	Lúmen Juris	2021	9786555109726	1811-3/02	volume	100,00	100,00
107	1	Relevo Constitucional dos Tribunais de Contas no Brasil	Cláudio Augusto Kania	Lúmen Juris	2020	9786555103762	1811-3/02	volume	95,00	95,00
108	1	Direito administrativo e processo estrutural	Fernando Menegat	Lúmen Juris	2023	9788551922033	1811-3/02	volume	170,00	170,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

109	1	O acordo de não Persecução Civil na Ação de Improbidade Administrativa	Julizar Barbosa Trindade Júnior	Lúmen Juris	2022	9788551919835	1811-3/02	volume	105,00	105,00
110	1	Competência Administrativa Ambiental	Talden Farias	Lúmen Juris	2022	9788551919354	1811-3/02	volume	70,00	70,00
111	1	A Invalidez do negócio jurídico	Maurício Bunazar	RT	2022	9786559914623	1811-3/02	volume	210,00	210,00
112	1	Controle do Ato Administrativo, Consequencialismo e Compliance na era da IA	Phillip Gil França	RT	2021	9786559919017	1811-3/03	volume	242,00	242,00
113	1	Comentários à nova Lei de Improbidade Administrativa	Fernando da Fonseca Gajardoni; Luana Pedrosa de Figueireso Cruz; Luís Otávio Sequeira de Cerqueira, Luiz Manoel Gomes Jr; Rogério Favreto	RT	2021	9786559915422	1811-3/04	volume	207,00	207,00
114	1	Controle do patrimônio público	Fernando Rodrigues Martins	RT	2021	9786559919000	1811-3/05	volume	198,00	198,00
115	1	Crimes de Licitação e Contratações Públicas	coordenador Juliano Breda	RT	2021	9786559919567	1811-3/06	volume	150,00	150,00
116	1	Direito, processo e tecnologia	Paulo Henrique dos Santos Lucon, Erik Navarro Wolkart, Francisco de Mesquita Laux, Giovani dos Santos Ravagnani	RT	2020	9786550651329	1811-3/07	volume	189,00	189,00
117	1	Gestão Pública, Infraestrutura e Desenvolvimento	coordenadores Amanda Salgado e Carvalho, André Castro Carvalho, Caroline Müller Bitencourt et al.	RT	2021	9786559915361	1811-3/08	volume	180,00	180,00
118	1	Inteligência artificial e direito: ética, regulação e responsabilidade	Ana De Oliveira Frazão Vieira De Mello, Caitlin Sampaio Mulholland	RT	2020	9786556142210	1811-3/09	volume	266,20	266,20
119	1	Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada	Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano e Maurício Zockun	RT	2021	9786556147550	1811-3/10	volume	310,00	310,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

120	1	Regulação Do Espaço Urbano	COORDENADORES Analice Nogueira Santos Cunha, Angela Cassia Costaldello, Angela Moulin Penalva Santos et al.	RT	2021	9786559915354	1811-3/11	volume	180,00	180,00
121	1	Teoria da Improbidade Administrativa	Fábio Medina Osório	RT	2022	9786526009383	1811-3/12	volume	260,00	260,00
122	1	Metaverso e Direito - Desafios e Oportunidades	coordenador Bernardo de Azevedo e Souza	RT	2022	9786526009260	1811-3/13	volume	150,00	150,00
123	1	Comentários à Reforma da Previdência Volume 1	Wagner Balera, Ana Paula Oriola de Raeffray	RT	2020	9786550652791	1811-3/14	volume	133,10	133,10
124	1	Reforma da Previdência Social - Comparativo e Comentários a Emenda Constitucional 103/2019	Wagner Balera	RT	2020	9786550650674	1811-3/15	volume	86,00	86,00
125	1	Processo constitucional	Rennan Thamay	RT	2022	9786526004524	1811-3/16	volume	198,00	198,00
126	1	Comentários aos regulamentos e orientações da ANPD	Ana Paula Canto de Lima; Fabrício da Mota Alves	RT	2022	9786526005866	1811-3/17	volume	190,00	190,00
127	1	Processo constitucional e democracia	Luiz Guilherme Marinoni	RT	2022	9786526005781	1811-3/18	volume	250,00	250,00
128	1	Lei de Improbidade Administrativa Reformada - Lei 8.429/92 e Lei 14.230/21	Augusto Neves Dal Pozzo; José Roberto Pimenta Oliveira (coord.)	RT	2022	9786559913190	1811-3/19	volume	270,00	270,00
129	1	20 anos do Código de Defesa do Consumidor	Renan Lotufo; Fernando Martins	Saraiva	2011	9788502108042	1811-3/02	volume	73,00	73,00
130	1	Auditoria das demonstrações contábeis: uma abordagem contábil e jurídica	Alexandre Demetrius Pereira	Saraiva	2018	9788547233150	1811-3/02	volume	116,00	116,00
131	1	Curso de Direito Administrativo	Edmir Netto de Araújo	Saraiva	2018	9788547229405	1811-3/02	volume	150,00	150,00
132	1	Curso De Direito Constitucional	Luiz Guilherme Marinoni; Ingo Wolfgang Sarlet; Daniel Mitidiero	Saraiva	2022	9786553621824	1811-3/02	volume	283,00	283,00
133	1	Curso de direito constitucional contemporâneo	Luís Roberto Barroso	Saraiva	2020	9788553613779	1811-3/02	volume	214,00	214,00
134	1	Direito do trabalho	Sergio Pinto Martins	Saraiva	2021	9786555590067	1811-3/02	volume	233,00	233,00
135	1	Direito processual do trabalho	Sergio Pinto Martins	Saraiva	2020	9788553614257	1811-3/02	volume	249,00	249,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

136	1	Manual de direito processual civil	Cassio Scarpinella Bueno	Saraiva	2022	9786555592597	1811-3/02	volume	233,00	233,00
137	1	Manual do poder público em juízo	Cassio Scarpinella Bueno	Saraiva	2022	9786555596755	1811-3/02	volume	199,00	199,00
138	1	Tribunais de contas: controle externo das contas públicas	Edson Simões	Saraiva	2014	9788502215207	1811-3/02	volume	167,00	167,00
139	1	Vade Mecum temático: Administrativo e Constitucional		Saraiva	2021	9786555594201	1811-3/02	volume	185,00	185,00
140	1	Vade Mecum Tradicional 32. ed.		Saraiva	2021	9786555597943	1811-3/02	volume	225,00	225,00
141	1	Direito Previdenciário Esquematizado	Marisa Ferreira dos Santos e Pedro Lenza	Saraiva	2021	9786555593297	1811-3/02	volume	219,00	219,00
142	1	A Luta pela Democracia no Mundo - Vol.3: Da Grécia à Antiga URSS e Rússia	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274805	1811-3/02	volume	191,20	191,20
143	1	A Luta pela República e Democracia no Brasil - Vol.4: Do Descobrimento à Revolução de 1930	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274867	1811-3/02	volume	175,20	175,20
144	1	A Luta pela República e Democracia no Brasil - Vol.5: De Vargas a Bolsonaro	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274881	1811-3/02	volume	183,20	183,20
145	1	Constitucionalismo e Constituição de 1988 - Vol.1	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274775	1811-3/02	volume	135,20	135,20
146	1	Constituição Econômica e Desenvolvimento	Gilberto Bercovici	Almedina	2022	9786556275062	1811-3/02	volume	135,20	135,20
147	1	Contratando sem licitação: contratação direta por dispensa ou inexigibilidade	Sidney Bittencourt	Almedina	2021	9786556273716	1811-3/02	volume	47,00	47,00
148	1	Fundamentos do Direito Contratual	Osny da Silva Filho	Almedina	2022	9786556274645	1811-3/02	volume	159,00	159,00
149	1	Grandes Pensadores do Estado e do Direito - Vol.2: Reflexos na Organização dos Estados	Edson Simões	Almedina	2022	9786556274829	1811-3/02	volume	151,20	151,20
150	1	Comentários à Nova Lei de Licitações Públicas e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021	Antonio Cecílio Moreira Pires, Aniello Parziale	Almedina	2022	9786556274263	1811-3/02	volume	249,00	249,00
151	1	Auditoria	Audrey Gramling, Larry Rittenberg, Karla Johnstone	Cengage Learning	2011	9788522109036	1811-3/02	volume	257,90	257,90
152	1	Manual de estruturação de concessões e parcerias público-privadas	Carlos José Guimarães Cova	Cengage Learning	2017	9788522127788	1811-3/02	volume	75,90	75,90

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

153	1	Teorias da administração pública	Robert Denhardt, Thomas Catlaw	Cengage Learning	2016	9788522125623	1811-3/02	volume	100,90	100,90
154	1	A crise fiscal e monetária brasileira	Edmar Bacha	Civilização Brasileira	2017	9788520013144	1811-3/02	volume	49,95	49,95
155	1	Escrever melhor	Dad Squarisi; Arlete Salvador	Contexto	2014	9788572443906	1811-3/02	volume	43,00	43,00
156	1	Tribunais de Contas no Estado Democrático e os desafios do controle externo	João antonio da Silva Filho	Contracorrente	2019	9788569220664	1811-3/02	volume	60,50	60,50
157	1	Direito Público e arbitragem: os desafios emergentes da resolução privada de conflitos do Estado	Organizadores: Rafael Valim e Walfrido Warde	Contracorrente	2022	9786553960398	1811-3/02	volume	140,00	140,00
158	1	A revogação dos atos administrativos	Renato Alessi	Contracorrente	2022	9786553960091	1811-3/02	volume	93,50	93,50
159	1	Argumentação legislativa	Manuel Atienza	Contracorrente	2022	9786553960510	1811-3/02	volume	80,00	80,00
160	1	Regulação do saneamento	Anderson Medeiros Bonfim	Contracorrente	2022	9786553960336	1811-3/02	volume	90,00	90,00
161	1	Direito Público e arbitragem: os desafios emergentes da resolução privada de conflitos do Estado	Rafael Valim; Walfrido Warde (org.)	Contracorrente	2022	9786553960398	1811-3/02	volume	140,00	140,00
162	1	A moralidade do direito	Lon L. Fuller ; tradutores Augusto Neves Dal Pozzo e Gabriela Bresser Pereira Dal Pozzo	Contracorrente	2022	9786553960374	1811-3/02	volume	105,00	105,00
163	1	Regulação econômica do espaço urbano e apropriação do excedente	Rodrigo Oliveira Salgado	Contracorrente	2022	9786553960305	1811-3/02	volume	99,00	99,00
164	1	Tribunais de Contas no Estado Democrático e os desafios do controle externo	João Antonio da Silva Filho	Contracorrente	2019	9788569220664	1811-3/02	volume	66,50	66,50
165	1	As normas de Direito Público na Lei de Introdução ao Direito brasileiro: paradigmas para interpretação e aplicação do Direito Administrativo	Edilson Pereira Nobre Junior	Contracorrente	2019	9788569220602	1811-3/02	volume	82,30	82,30
166	1	Os grandes princípios do Direito Público: Constitucional e administrativo	Juan Carlos Cassagne	Contracorrente	2017	9788569220336	1811-3/02	volume	229,90	229,90
167	1	Metamorfoses do Direito Global: sobre a interação entre Direito, tempo e tecnologia	Ricardo Campos	Contracorrente	2022	9786553960657	1811-3/02	volume	110,00	110,00
168	1	A lógica da pesquisa científica	Karl Popper	Cultrix	2013	9788531612503	1811-3/02	volume	72,00	72,00

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

169	1	Teoria da norma jurídica	Norberto Bobbio	Edipro	2016	9788572839037	1811-3/02	volume	56,00	56,00
170	1	Teoria do ordenamento jurídico	Norberto Bobbio	Edipro	2019	9788572836142	1811-3/02	volume	56,00	56,00
171	1	Inteligência artificial aplicada ao processo de tomada de decisões	Henrique Alves Pinto, Jefferson Cárus Guedes, Joaquim Portes de Cerqueira César	Editores D'Plácido	2020	9786555890945	1811-3/02	volume	279,90	279,90
172	1	Administração pública digital	José Luiz de Moura Faleiros Júnior	Editores Foco	2020	9786555150971	1811-3/02	volume	159,00	159,00
173	1	Governança organizacional pública e planejamento estratégico	Augustinho V. Paludo, Antonio G. Oliveira	Editores Foco	2021	9786555152432	1811-3/02	volume	69,00	69,00
174	1	O regime previdenciário dos servidores públicos de acordo com a EC 103/19	Tatiana Nóbrega e Maurício Benedito	Editores Foco	2022	9786555155150	1811-3/02	volume	153,40	153,40
175	1	LGPD - Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais: comentada	Paulo Alves Franco	Imperium	2020	9788599202838	1811-3/02	volume	79,00	79,00
176	1	A nova lei das Estatais	Sidney Bittencourt	Mizuno	2017	9788577893225	1811-3/02	volume	98,00	98,00
177	1	Crimes licitatórios	Igor Pereira Pinheiro	Mizuno	2021	9786555261981	1811-3/02	volume	98,00	98,00
178	1	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para Municípios	Marcelo Palavéri	Mizuno	2021	9786555262780	1811-3/02	volume	158,00	158,00
179	1	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Sidney Bittencourt	Mizuno	2021	9786555262629	1811-3/02	volume	84,00	84,00
180	1	Novo Pregão Eletrônico: comentários ao novo decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019	Sidney Bittencourt	Mizuno	2020	9788577895113	1811-3/02	volume	105,00	105,00
181	1	Teoria geral do direito	Norberto Bobbio	Martins		9788561635640	1811-3/02	volume	83,49	83,49
182	1	O direito da sociedade	Niklas Luhmann	Martins Editora	2016	9788580632569	1811-3/02	volume	118,58	118,58
183	1	Experiências Práticas em Concessões e PPPs v. 1	Coordenação de Diego Jacome Valois Tafur	Quartier Latin	2019	9786555750461	1811-3/02	volume	189,00	189,00
184	1	Experiências Práticas em Concessões e PPPs v. 2	Coordenação de Diego Jacome Valois Tafur	Quartier Latin	2019	9786555750478	1811-3/02	volume	182,00	182,00
185	1	Teoria dos Graus de vinculação à juridicidade	Gustavo Binenbojm	Renovar	2014	9788571478602	1811-3/02	volume	144,40	144,40
186	1	Ciência Política, Estado e Direito Público: uma Introdução ao Direito Público da Contemporaneidade	Pietro de Jesús Lora Alarcón	Tirant Lo Blanch Brasil	2022	9786559083039	1811-3/02	volume	105,00	105,00
187	1	Entre Têmis e Leviatã	Marcelo Neves	WMF Martins Fontes	2012	9788578275808	1811-3/02	volume	89,00	89,00
188	1	Filosofia do direito	Gustav Radbruch	WMF Martins Fontes	2010	9788578272906	1811-3/02	volume	79,90	79,90

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

189	1	Fronteiras da teoria do direito	Richard A. Posner	WMF Martins Fontes	2011	9788578273200	1811-3/02	volume	119,90	119,90
190	1	Teoria pura do direito	Hans Kelsen	WMF Martins Fontes	2018	9788578272050	1811-3/02	volume	84,90	84,90
191	1	Inteligência artificial e direito: convergência ética e estratégica	Fabiano Hartmann Peixoto	Alterida de	2020	9786599058721	1811-3/02	volume	54,31	54,31
192	1	Auditoria aplicada ao setor público: uma análise sobre percepção da qualidade e satisfação geral do auditado	Josaias Santana dos Santos	Appris	2019	9788547332761	1811-3/02	volume	47,00	47,00
193	1	Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade	Eduardo Magrani	Arquipélago Editorial	2019	9788554500290	1811-3/02	volume	89,9	89,9
194	1	Dicionário de hermenêutica	Lenio Streck	Casa do Direito	2020	9788595303713	1811-3/02	volume	89,00	89,00
195	1	Manual de direito municipal	Jonas Ricardo Correia, José Domingues Filho, Gilberto Ferreira Marchetti Filho e Willian Epitácio Teodoro de Carvalho	Contemplanar	2021	9788594870872	1811-3/02	volume	263,00	263,00
196	1	Hermenêutica do direito administrativo e serviços públicos, volume 1	Sandro Lúcio Dezan, Paulo Afonso Cavichioli Carmona (org.)	CRV	2020	9786555783759	1811-3/02	volume	63,00	63,00
197	1	Hermenêutica do direito administrativo e serviços públicos, volume 2	Sandro Lúcio Dezan, Paulo Afonso Cavichioli Carmona (org.)	CRV	2020	9786555784121	1811-3/02	volume	62,28	62,28
198	1	Despesa pública e rent-seeking: um olhar jurídico pós-positivista ao controle do gasto público	Eduardo Cândia	Del Rey	2019	9788538405597	1811-3/02	volume	80,00	80,00
199	1	Auditoria contábil-financeira no setor público	Laércio Mendes Vieira	Gestão Pública	2021	9786587962023	1811-3/02	volume	130,00	130,00
200	1	Processo administrativo e o novo CPC	Aldem Johnston Barbosa Araújo	Juruá	2017	9788536268347	1811-3/02	volume	89,00	89,00
201	1	Manual Prático do Auditor - Guia de Gestão	Luiz Fernando Joly Assumpção	Juruá	2022	9788536295312	1811-3/02	volume	129,70	129,70
202	1	A história do orçamento público	Rafael Antonio Baldo	Juruá	2022	9788536296784	1811-3/02	volume	129,90	129,90

203	1	Administração Pública - Do Litígio ao Consenso Redesenhando o Interesse Público	Tânia de Sousa Elias	Juruá	2022	9786526301487	1811-3/02	volume	59,90	59,90
204	1	Contratos Administrativos - Do seu Reequilíbrio Econômico Financeiro à Luz das Decisões do TCU e da AGU - Reajuste - Revisão - Repactuação	Ronaldo Coelho Lamarão	Juruá	2022	9786526301722	1811-3/02	volume	109,90	109,90
205	1	Consórcios Públicos - Atualizado de Acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei Federal 14.133/2021)	Cirino Adolfo Cabral Neto	Juruá	2021	9786556056302	1811-3/02	volume	79,90	79,90
206	1	Inteligência artificial: aspectos Jurídicos	Tarcisio Teixeira, Vinicius Cheliga	JusPodivm	2021	9786556803135	1811-3/02	volume	74,90	74,90
207	1	Inteligência artificial e direito processual	Erik Navarro Wolkart, Dierle Nunes e Paulo Henrique dos Santos Lucon	JusPodivm	2022	9788544238103	1811-3/02	volume	149,90	149,90
208	1	Manual de inteligência artificial no direito brasileiro	Fernanda de Carvalho Lage	JusPodivm	2020	9786556802480	1811-3/02	volume	84,90	84,90
209	1	Negócios jurídicos processuais	Pedro Henrique Nogueira	JusPodivm	2018	9788544223413	1811-3/02	volume	74,90	74,90
210	1	Administração Tributária Municipal	Francisco Ramos Magieri	Livraria do Advogado	2015	9788573489583	1811-3/02	volume	56,00	56,00
211	1	Da responsabilidade de agentes públicos e provados nos processos de licitação e contratação: Lei nº 14.133/2021	Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti	Ordem Jurídica	2022	9786599737015	1811-3/02	volume	215,00	215,00
212	1	Manual de direito municipal brasileiro	Isaac Carneiro Newton	P&A	2018	9788592475901	1811-3/02	volume	199,00	199,00
VALOR TOTAL									29.760,89	

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se de aquisição de material bibliográfico impresso novo, nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação deste Tribunal, nas áreas de Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Ciências exatas.

3.2. Esta solicitação pretende atender às necessidades de informação técnico-científica-

histórica dos Conselheiros, Assessores Jurídicos, Auditores, Advogados, Coordenadores e demais servidores e unidades administrativas deste Tribunal, atender às necessidades do corpo docente e discente da Escola de Contas (EGC), além de acompanhar a produção intelectual nacional, mantendo o acervo da Biblioteca bem constituído, atualizado e relevante, com foco na área jurídica e técnica em constante e dinâmica atualização.

3.3. A lista geral foi elaborada a partir das sugestões das diversas Unidades do Tribunal de Contas e da Escola de Contas, que possui os cursos de extensão e de pós-graduação, que demandam um acervo específico e atualizado.

3.4. Opta-se pela realização de dispensa eletrônica, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/21 e Ordem nº 01/2023, (pelo menor preço global/pelo maior percentual de desconto), tendo em vista a inexistência de processo licitatório gerenciado por esta Unidade Gestora ou aquele nos quais é integrante da Ata de Registro de Preços, na qualidade de Unidade Gestora Participante.

3.5. Na pesquisa pelo painel de preços não foram encontradas atas de registro de preços, assim, foram pesquisados os preços em sites especializados para encontrar a média de preços praticados no mercado atualmente, visando a formação do preço de referência para dispensa eletrônica.

3.6. A razão da escolha do fornecedor e a vantajosidade econômica da aquisição tem respaldo na pesquisa de preços anexa. Os valores estimados da presente contratação direta estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme exige o art. 23 da Lei nº 14.133/21.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133/21, nos termos dos arts. 20, 21 e 22 da Ordem Interna nº 01/2023.

4.2. A verificação dos documentos de que trata o item 4.1 será realizada no SICAF.

4.3. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/21, somente será exigida das pessoas

jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

4.4. Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

4.4.1. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.4.2. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.4.3. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.4.4. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.4.5. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

4.4.6. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5. DA PROPOSTA:

5.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

5.1.1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.1.2. o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, quando couber;

5.1.3. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

5.1.4. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.1.5. o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e

para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e

5.1.6. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

5.2. Quando do cadastramento da proposta, na forma do art. 8º, o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

5.2.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.2.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

5.2.3. 5.2.3 os valores dos lances por maior percentual de desconto global ofertados deverão obedecer ao sistema monetário e conter no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

5.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Propostas em desconformidade com o estabelecido neste termo de referência, serão recusadas e os proponentes automaticamente desclassificados da presente dispensa de licitação.

6. GARANTIA DO PRODUTO

6.1. O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, de acordo com o inciso II, do artigo 26, da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

6.2. Caso o fabricante/fornecedor possua uma garantia maior que a determinada no Termo de Referência prevalecerá a maior.

7. PRAZO DE ENTREGA

7.1. O prazo de entrega dos bens será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, prorrogáveis mediante justificativa plausível, apresentada formalmente antes do encerramento do prazo inicial.

7.2. Em caso de empenho global, o prazo de entrega será definido na ocasião do envio da nota de empenho, não podendo ultrapassar o exercício financeiro vigente.

7.3. O envio da nota de empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo de estabelecido no item para a entrega do material.

7.4. O endereço eletrônico utilizado para o envio da nota de empenho será o constante no Compras.gov.br.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Dispensa Eletrônica;

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da Dispensa Eletrônica, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado, se for o caso;

8.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Dispensa Eletrônica;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes na Dispensa Eletrônica, seus anexos e sua proposta, se for o caso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Dispensa Eletrônica e seus anexos, se for o caso, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078/90);

9.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta Dispensa

Eletrônica, o objeto com avarias, defeitos ou em desacordo com a descrição constante do item 2;

9.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. A impossibilidade de fornecimento de qualquer obra encomendada deverá ser comunicada à UTBD, no ato da entrega dos demais itens, com justificativa e comprovação escrita do editor (no prelo, esgotada). Na ocorrência desta situação, a obra será automaticamente cancelada e excluída da lista de encomendas. O recebimento definitivo se dará se o material se encontrar em perfeitas condições.

9.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa Eletrônica;

9.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, se for o caso.

10. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1. O aceite/aprovação dos bens/materiais pelo órgão interessado não exclui a responsabilidade civil da empresa por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

10.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.

10.3. A CONTRATADA deverá fornecer o material na edição/ano mais atualizada em circulação no mercado, na data da entrega do objeto, salvo quando outra for especificamente definida pela CONTRATANTE.

10.4. A busca do material ficará a cargo da CONTRATADA.

10.5. Caso a obra requisitada esteja esgotada ou ainda no prelo, a CONTRATADA deverá comprovar o alegado por escrito, através de Declaração ou Carta, em original ou em cópia autenticada, emitida pela Editora e enviada por e-mail em até 5 (cinco) dias corridos antes do faturamento/fechamento do pedido.

10.6. Os materiais bibliográficos fornecidos deverão ser novos, estar devidamente acondicionados em embalagens apropriadas e em bom estado de conservação, sem uso ou

defeito, caso contrário não serão aceitos pela CONTRATANTE.

10.7.A CONTRATADA deverá especificar em cada Nota Fiscal, a descrição detalhada do item, incluindo, título e autor da obra, editora e ISBN.

10.8.Os bens serão recebidos:

10.8.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

10.8.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias corridos do recebimento provisório.

10.8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, inclusive quanto a defeitos de fabricação, má qualidade, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação será feita na modalidade de compra direta para bens de consumo ou duráveis tão somente através de Nota de Empenho.

12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas com a execução do Contrato decorrente desta aquisição, correrão à contados recursos das dotações orçamentarias, conforme disponibilidade orçamentaria informado pela Unidade Contábil.

12.2. Para fins do art. 4º, § 1º, inciso II, informa-se que subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é o 1811-3/02.

13. CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

13.1. O valor estimado da aquisição é de R\$ 29.760,89 (vinte nove mil, setecentos sessenta reais e oitenta nove centavos).

14. LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL

14.1. Os bens deverão ser entregues no horário das 9h00 às 17h00, na Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação (UTBD), localizada na Avenida Professor Ascendino Reis, 1130 – Portão B - 1º andar da Escola de Contas.

14.2. O endereço de entrega é integrante da Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC), nos termos do Decreto Municipal nº 56.920/2016 e da Portaria nº 031/16 - SMT, que proíbem o trânsito de caminhões nos seguintes dias e horários, excetuados os feriados: segundas a sextas-feiras: das 5h às 21h; sábados: das 10h às 14h.

14.3. Caberá ao fornecedor verificar se o veículo utilizado para a entrega enquadra-se nas condições de restrição previstas no referido decreto.

14.4. O descarregamento da mercadoria no local determinado, no momento da entrega, será de inteira responsabilidade do fornecedor.

15. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento definitivo do material/bem.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento definitivo do material o momento em que o representante da contratante atestar o recebimento definitivo do objeto empenhado.

15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.4. Não se realizará pagamento através de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação da DANFE.

15.5. Ocorrendo qualquer situação que impeça a liquidação ou pagamento da despesa, o prazo previsto no item 15.1 será suspenso até a sua regularização.

15.6. A cada pagamento à Empresa vencedora, será realizada consulta ao SICAF para verificar

a manutenção das condições de habilitação.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da adjudicatária, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a adjudicatária regularize sua situação.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A apuração das Infrações e Sanções Administrativas observará as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17. NORMAS DE REGÊNCIA

17.1. A presente dispensa eletrônica de licitação é regida pela Lei nº 14.133/21 e Ordem Interna nº 01/2023.

17.2. Os casos omissos no presente Termo de Referência deverão observar a legislação de regência.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(A SER PREENCHIDA PELA EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR)

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo

Processo: TC14718/2022

Dispensa Eletrônica nº xx/2023 -

A _____ empresa estabelecida _____ nº _____,
complemento: _____ CNPJ. _____ nº _____
telefone: _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Estado: _____, por
meio de seu representante legal, Sr.(a) _____, _____ (estado
civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
observadas as especificações constantes do Anexo II do Edital, propõe o seguinte:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	OBJETO	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	212	Fornecimento de acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, mediante aplicação do desconto sobre o preço do catálogo das editoras, de acordo com as condições estipuladas no Termo de Referência – Anexo II do Edital.	%

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de _____ dias contados a partir da data de abertura da dispensa. (mínimo de 60 dias)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme disposto na Minuta da Ata de Registro de – Anexo IV.

PRAZO DE ENTREGA: conforme Minuta de Anexo de Nota de Empenho – Anexo V.

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO: banco _____, número da conta _____ e agência _____.

Declaramos que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, contribuições parafiscais, além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

Declaramos conhecer e nos submeter integralmente a todas as cláusulas e condições do Edital de Dispensa do qual esta proposta é parte integrante.

São Paulo, _____ de _____ de 2023.

(Assinatura do responsável da firma proponente)

Nome:/RG -----

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE _____ / _____
PREÇOS Nº:
ORGÃO GERENCIADOR: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP
DETENTORA: <DENOMINAÇÃO SOCIAL DA DETENTORA>
OBJETO: Registro de preços de percentuais de desconto para aquisição de acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação do TCMSP, na forma especificada no Termo de Referência.
VALOR: R\$ _____ (estimado)
PROCESSO Nº: TC/014718/2022

O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – TCMSP, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Prof. Ascendino Reis, 1.130 – São Paulo/SP, neste ato representado por seu Presidente, EDUARDO TUMA doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a **<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA DETENTORA>**, CNPJ nº <_____>, com endereço na <endereço da DETENTORA>, doravante denominada de DETENTORA, neste ato representada por sua <Função do Representante>, <NOME DA REPRESENTANTE>, RG. nº _____ e CPF nº _____, conforme autorização constante do processo em epígrafe, resolvem firmar o presente ajuste, por dispensa de licitação fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II combinado com o art. 82 § 6º, conforme Termo de Referência e a proposta formulada pela DETENTORA, que integram, para todos os efeitos, a presente Ata de Registro de Preços, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Por este instrumento resolvem efetuar o Registro de preços de percentuais de desconto para aquisição de acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação do TCMSP, na forma especificada no Termo de Referência.
- 1.2. Considera-se parte integrante desta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta de Preços da DETENTORA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1. O valor total estimado desta Ata de Registro de Preços é de R\$ _____ (_____), correspondente ao valor total dos itens especificados no Termo de Referência com a incidência do desconto oferecido pela DETENTORA.
- 2.2. O percentual de desconto oferecido pela DETENTORA é de ____%, que será aplicado sobre o "valor de capa" ou "valor de tabela", praticado pelas editoras/distribuidoras.
- 2.3. O percentual de desconto oferecido pela DETENTORA não sofrerá alteração durante a vigência da presente Ata.
- 2.4. O valor a ser pago será apurado com base no preço de tabela/catálogo, vigente no mês do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 3.1. Durante a vigência desta ATA os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista no artigo 105 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
 - 3.1.1. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista artigo 105 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta ATA e iniciar outro procedimento licitatório.
 - 3.1.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a DETENTORA será convocada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR para alteração dos preços registrados, por aditamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data da sua assinatura, prorrogável por até igual período na conformidade com o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o artigo 99 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
 - 4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 das Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 4.1.2. No caso de prorrogação de vigência manter-se-á o mesmo percentual de desconto sobre o "valor de capa" ou "valor de tabela" atualizado e praticado pelas editoras/distribuidoras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 5.1. As contratações serão autorizadas, caso a caso, pelo TCMSP.

- 5.1.1. O responsável pelo cumprimento das disposições da presente ATA deverá observar as normas aplicáveis à matéria, inclusive as decorrentes do artigo 92 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 5.1.2. O compromisso de prestação de serviços/fornecimento só estará caracterizado após o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho, decorrente(s) desta ATA.
- 5.1.3. O prazo de entrega dos bens será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, prorrogáveis mediante justificativa plausível, apresentada formalmente antes do encerramento do prazo inicial.
- 5.1.4. Em caso de empenho global, o prazo de entrega será definido na ocasião do envio da nota de empenho, não podendo ultrapassar o exercício financeiro vigente.
- 5.1.5. O envio da nota de empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmação do recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo de estabelecido no item 5.1.3. para a entrega do material.
- 5.1.6. O endereço eletrônico utilizado para o envio da nota de empenho será o constante no Compras.gov.br.

CLÁUSULA SEXTA- DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA(S) DETENTORA(S)

- 6.1. São responsabilidades da DETENTORA:
 - 6.1.1. Cumprir e fazer cumprir todas as normas, especialmente Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022, bem como as condições e prazos estabelecidos, obedecendo rigorosamente o disposto nesta ATA, no Termo de Referência e em seus anexos.
 - 6.1.2. Designar seu preposto, mediante prévia aceitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, para manter contato com o responsável pela fiscalização do instrumento contratual, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.
 - 6.1.2.1. Deverá ser fornecido o endereço de correio eletrônico e número de telefone do preposto, bem como de um substituto, como alternativa, em caso da impossibilidade de o ÓRGÃO GERENCIADOR contatar o preposto.
 - 6.1.2.2. Toda vez que o preposto por motivo de férias, licença saúde ou qualquer outro motivo que o impossibilite de atender o ÓRGÃO GERENCIADOR, deverá a DETENTORA informar, através de correio eletrônico, o nome e telefone do substituto do preposto.
 - 6.1.3. Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, inclusive seus dados cadastrais.
 - 6.1.4. Arcar com o pagamento de todos e quaisquer tributos, multas, encargos ou ônus oriundos do fornecimento dos serviços provenientes desta ATA, principalmente os de natureza fiscal, previdenciária e trabalhista.

- 6.1.4.1. A inadimplência da DETENTORA, com referência aos encargos estabelecidos na pertinente legislação, não transfere ao ÓRGÃO GERENCIADOR a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 7.1. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços e, ainda o que segue.
- 7.1.1. Exercer a fiscalização da execução deste ajuste, indicando, formalmente, o fiscal e/ou gestor para acompanhamento.
- 7.1.2. Conduzir e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações desta Ata.
- 7.1.3. Notificar a DETENTORA, quando detectadas irregularidades na execução do objeto desta Ata.
- 7.1.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela DETENTORA.
- 7.1.5. Convocar a DETENTORA para retirar e assinar a Nota de Empenho, ou encaminhá-la por e-mail.
- 7.1.6. Comunicar à DETENTORA quaisquer irregularidades que porventura venha a constatar na execução do objeto.
- 7.1.7. Exigir a qualquer tempo, a comprovação das condições da DETENTORA que ensejaram sua contratação.
- 7.1.8. Propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à DETENTORA.
- 7.1.9. Propor à autoridade competente a dispensa de aplicação de penalidades à DETENTORA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento das obrigações previstas em lei ou nesta Ata sujeitará a DETENTORA às penalidades abaixo, que poderão ser aplicadas em conjunto com as sanções dispostas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 8.1.1. Advertência, aplicada em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta aos interesses ajustados neste instrumento.
- 8.1.2. Multa de até 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de descumprimento de qualquer das obrigações constantes desta Ata, calculada sobre o valor adjudicado, limitada a 10% (dez por cento).
- 8.1.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da Ata, pelo cancelamento ou rescisão da Ata de Registro de Preço por culpa da DETENTORA, sem justificativa aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

- 8.1.4. Impedimento participação em licitação e de contratar com a Administração, por prazo máximo de 3 (três) anos, ou pelo período compreendido entre 3 (três) e 6 (seis) anos, conforme enquadramento na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, conforme artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 8.2. O montante das multas cumuladas será limitado a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
- 8.3. A dosimetria das sanções levará em consideração o seu caráter educativo, o dano causado ao ÓRGÃO GERENCIADOR, a reincidência e a proporcionalidade.
- 8.4. Eventuais penalidades não serão aplicadas somente se o atraso ocorrer por motivo de força maior, devidamente justificado pela DETENTORA e aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 8.5. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à DETENTORA ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.
- 8.6. O não recolhimento das multas no prazo implicará atualização monetária e juros moratórios calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002.
- 8.7. No caso de aplicação de eventuais penalidades será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DA RESCISÃO

- 9.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de pleno direito, assegurando o contraditório e ampla defesa, se a DETENTORA:
 - 9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 9.1.2. recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
 - 9.1.3. deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 9.1.4. recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
 - 9.1.5. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

- 9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 9.3. A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

- 10.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no Decreto Municipal nº 56.633/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SIGILO, DA INVIOABILIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS:

- 11.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação dos serviços, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento sem o prévio consentimento do ÓRGÃO GERENCIADOR, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.
- 11.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas na presente Ata de Registro de preços, no Termo de Referência e demais anexos.
- 11.2. A DETENTORA deverá prestar esclarecimentos ao ÓRGÃO GERENCIADOR sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se referiam ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, aplicando-se, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ASSINATURA

- 14.1. O presente instrumento será firmado pelas partes, preferencialmente na forma digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.

14.1.1. O procedimento para assinatura digital, bem como de verificação de autenticidade, e data de emissão do ajuste, se dará em conformidade com o estabelecido na Portaria SG/GAB nº 03/2021, observando-se a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2021, Leis Federais nos 11.419/2006 e 12.682/2012.

14.1.2. Eventuais instrumentos decorrentes do presente Ajuste também serão firmados pelas partes preferencialmente na forma digital.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, depois de lido e achado conforme.

Caso firmado fisicamente, as partes o assinam em duas vias de igual teor.

São Paulo, <preencher se assinada fisicamente>

EDUARDOTUMA

Presidente

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

<NOME DO REPRESENTANTE LEGAL>

<Função do representante>

**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA
DETENTORA>**

ANEXO V MINUTA DA NOTA DE EMPENHO

Processo TC nº <_____>

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP

CONTRATADA: <_____>

C.N.P.J. nº:

ENDEREÇO:

TEL:

CONTATO:

E-mail:

OBJETO: Acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação do TCMSP.

MODALIDADE: Contratação por Ata de Registro de Preços nº _____.

VALOR: R\$ <_____,____>

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente termo a acervo bibliográfico novo, em suporte físico ou impresso, de origem nacional, constituído de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, catálogos, anuários, mapas, fascículos avulsos de revistas, necessários à atualização e complementação do acervo bibliográfico da Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação do TCMSP, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo da Ata de Registro de Preços nº ____/20__.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1. O valor total da contratação é R\$ _____ (valor por extenso).
- 2.2. O valor a ser pago será apurado com base no preço de tabela/catálogo, vigente no mês do fornecimento, aplicado o percentual de desconto, conforme quadro abaixo: <adequar na tabela itens, objeto, quantidades a serem adquiridas e valor>

ITEM	QUANTIDADE	OBJETO	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR DA AQUISIÇÃO
<XX>	<XXX>	<preencher com o material bibliográfico a ser adquirido>	%	R\$

- 2.3. O preço inclui todas as despesas e demais custos correspondentes ao fornecimento, tais como, embalagens, transporte, fretes, carga e descarga e tributos, de forma a se constituir na única contraprestação devida pelo CONTRATANTE.
- 2.4. Desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela CONTRATADA, o pagamento do valor referente ao fornecimento será efetuado em até 10 (dez) dias, através de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da CONTRATADA, contados da apresentação de nota fiscal ou documento equivalente, acompanhado de comprovante de recebimento expedido pelo responsável pela fiscalização da contratação, a ser indicado por autoridade competente, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais pela CONTRATADA.
- 2.4.1. O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do CONTRATANTE, terão o valor do principal reajustado pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria 05/2012-SF).
- 2.4.2. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal/fatura será recusada pelo CONTRATANTE mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da nova fatura devidamente corrigida.
- 2.4.3. Antes do pagamento, o CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN.
- 2.4.3.1. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1. O prazo de entrega dos bens será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, prorrogáveis mediante justificativa plausível, apresentada formalmente antes do encerramento do prazo inicial.
- 3.2. Em caso de empenho global, o prazo de entrega será definido na ocasião do envio da nota de empenho, não podendo ultrapassar o exercício financeiro vigente.
- 3.3. É considerado dia útil aquele em que há expediente no TCMSP.
- 3.1.2. Na contagem dos prazos de entrega será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
- 3.1.3. A CONTRATADA deve entregar os produtos na forma estabelecida no Termo de Referência, o qual figura como parte integrante do presente.
- 3.2. Os materiais bibliográficos deverão ser entregues, acompanhados da Nota Fiscal Fatura respectiva, na Av. Professor Ascendino Reis, 1.130 – Portaria B (Escola de Contas - 1º Andar) – Vila Clementino, São Paulo – SP, de segunda a sexta-feira horário das 10 horas às 16 horas, na Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação – UTBD.
- 3.2.1. O endereço de entrega é integrante da Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC), nos termos do Decreto Municipal nº 56.920/2016 e da Portaria nº 031/16 - SMT, que proíbem o trânsito de caminhões nos seguintes dias e horários, excetuados os feriados:

segundas a sextas-feiras: das 5h às 21h; sábados: das 10h às 14h. Caberá à CONTRATADA verificar se o veículo utilizado para a entrega enquadra-se nas condições de restrição previstas no referido decreto.

- 3.2.2. É de inteira responsabilidade do fornecedor, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria no local determinado - não disponibilizamos de ajudante.
- 3.3. É reservado ao CONTRATANTE o direito de recusar o recebimento dos itens que não atendam às especificações exigidas, inclusive quanto a defeitos de fabricação, má qualidade, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Entregar o objeto nas suas embalagens originais ou outras adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local de entrega.
- 4.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações no Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia
- 4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
 - 4.3.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da notificação, o produto com avarias ou defeitos.
- 4.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 4.6. Oferecer garantia de, no mínimo 12 (doze) meses, após o recebimento definitivo, com vista à troca de produtos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação.
- 4.7. Comunicar ao Contratante sobre a impossibilidade de fornecimento de qualquer obra encomendada, no ato da entrega dos demais itens, com justificativa e comprovação escrita do editor (no prelo, esgotada).
 - 4.7.1. Na ocorrência desta situação, a obra será automaticamente cancelada e excluída da lista de encomendas. O recebimento definitivo se dará se o material se encontrar em perfeitas condições.
- 4.8. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão de obra, embalagens, ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, emolumentos ou quaisquer outras incidentes sobre o fornecimento e os serviços.
- 4.9. Responsabilizar-se no momento da entrega pelo descarregamento da mercadoria no local determinado.
- 4.10. Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que seus produtos, empregados ou prepostos causem ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- 4.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 4.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 4.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste Ajuste.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Caberá ao CONTRATANTE se comprometer a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e neste Ajuste, cabendo-lhe especialmente:
- 5.1.1. Exercer a fiscalização da execução deste ajuste, indicando, formalmente, o fiscal e/ou gestor para acompanhamento.
 - 5.1.2. Proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado, compreendendo inclusive a prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo preposto da CONTRATADA.
 - 5.1.3. Permitir o acesso dos empregados da empresa às suas dependências para o fiel cumprimento do fornecimento dos materiais, no horário de serviço do CONTRATANTE.
 - 5.1.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido.
 - 5.1.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, inclusive quanto a defeitos de fabricação, má qualidade, ou na hipótese de ser verificada qualquer outra irregularidade, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 5.1.6. Receber provisoriamente o objeto para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.
 - 5.1.7. Receber definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias corridos do recebimento provisório.
 - 5.1.8. Propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à CONTRATADA.
 - 5.1.9. Propor à autoridade competente a dispensa de aplicação de penalidades à CONTRATADA.
 - 5.1.10. Exigir a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação técnica

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

- 6.1. O descumprimento das obrigações previstas em lei ou neste Ajuste sujeitará a CONTRATADA às penalidades abaixo, que poderão ser aplicadas em conjunto com as sanções dispostas no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 6.1.1. Advertência, aplicada em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta aos interesses ajustados neste instrumento.
 - 6.1.2. Multa de até 1% (um por cento) por dia de atraso no fornecimento do objeto, calculada sobre o valor total deste ajuste, limitada a 10 (dez) dias, após o que poderá ser caracterizada a inexecução total deste Ajuste.

- 6.1.3. Multa de até 1% (um por cento) por ocorrência que caracterize o descumprimento de obrigações deste Ajuste ou do Termo de Referência, calculada sobre o valor total deste ajuste, limitada a 10% (dez por cento).
- 6.1.4. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA dê causa à rescisão do Ajuste.
- 6.1.5. Impedimento participação em licitação e de contratar com a Administração, por prazo máximo de 3 (três) anos, ou pelo período compreendido entre 3 (três) e 6 (seis) anos, conforme enquadramento na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, conforme artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 6.2. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à CONTRATADA ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente
 - 6.2.1. O não recolhimento das multas no prazo indicado implicará atualização monetária e juros moratórios calculados em conformidade com a Lei Municipal 13.275/2002.
- 6.3. A dosimetria das sanções levará em consideração o seu caráter educativo, o dano causado ao CONTRATANTE, a reincidência e a proporcionalidade.
- 6.4. A soma das penalidades não excederá à 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contratação.
- 6.5. Eventuais penalidades não serão aplicadas somente se o atraso ocorrer por motivo de força maior, devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.
- 6.6. No caso de aplicação de eventuais penalidades será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1. O ajuste poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 8.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no Decreto Municipal nº 56.633/2015.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO, DA INVIOLABILIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 9.1 A CONTRATADA, O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação dos serviços, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento sem o prévio consentimento do CONTRATANTE, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.
- 9.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo CONTRATANTE e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente Ajuste e demais anexos.
- 9.2. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se referiam ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 10.1. Lei Federal nº14.133/21, Decreto Municipal nº 61.100/2022 e legislação correlata, aplicando-se, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

- 11.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.